

Política econômica. Nada mudou! Perdemos a oportunidade histórica de mudá-la?

Editorial

Dois recentes fatos trouxeram à cena pública, ainda que timidamente, novos debates sobre a política econômica: a morte do economista Celso Furtado e a demissão de Carlos Lessa do BNDES. O primeiro, pela sua obra, representava o ideário desenvolvimentista. O segundo vinha implementando práticas bancárias indutoras do desenvolvimento. Sintomaticamente, os dois episódios, ocorridos quase simultaneamente, vêm sendo apontados como o símbolo do enterro, pelo atual governo, das políticas desenvolvimentistas e a confirmação do apego à ortodoxia econômica. Essa visão está presente nas entrevistas feitas por *IHU On-Line* com renomados pesquisadores, a propósito dos rumos da economia brasileira, abordada nas suas dimensões social e política. Para a professora da USP Leda Maria Paulani, o governo selou o seu destino ortodoxo, do qual somente se libertará se acontecer uma crise de grandes proporções. Tal crise não se desenha no cenário político sua ocorrência parece improvável, considerando que os movimentos sociais estão caudatários ao governo. Na opinião de Gentil Corazza, professor da UFRGS, o governo entregou o desenvolvimento nacional ao setor privado, abdicando do papel estratégico. Assim, tudo passa a ser regulado e resolvido pelo mercado – à exceção das políticas assistenciais, que não formam cidadãos. Gradativamente, os dirigentes nacionais parecem submeter a política à economia, embora devesse ocorrer o contrário, como assinala Tânia Bacelar de Araújo, professora da UFPE, especialista em planejamento. E, ao que tudo indica, o primeiro governo brasileiro de origem popular está deixando passar a oportunidade histórica de concretizar mudanças sociais. Ao mesmo tempo, como assinala Ricardo Carneiro, professor da Unicamp, o debate desenvolvimentista está sendo retomado internacionalmente, estimulado pelo fracasso dos modelos neoliberais. Lamentavelmente, como assevera, esse debate não tem o apoio do governo brasileiro.

Essas inquietações estão expressas no Manifesto dos Economistas intitulado *E nada mudou*, que também publicamos nesta edição.

Reforçando a reflexão sobre o destino das nações, apresentamos o livro *Multitude: War and Democracy in the age of Empire* (Multidão: Guerra e Democracia na era do Império) de Antonio Negri e Michael Hardt, como livro da semana.

Continuando a celebração dos 40 anos da *Lumen Gentium*, entrevistamos o teólogo brasileiro Clodovis Boff e fazemos memória de D. Hélder Câmara, que participou ativamente dos trabalhos do Concílio Vaticano II.

A todos e todas uma boa leitura e uma ótima semana!

“Só uma crise de grandes proporções mudará o rumo do governo”

Entrevista com Leda Maria Paulani

Signatária do recente Manifesto dos Economistas dirigido ao governo federal Leda Maria Paulani assevera que o título do referido documento – E Nada Mudou - expressa, concretamente, a percepção dos seus idealizadores sobre a política econômica brasileira. Economista, doutora em Teoria Econômica, professora da USP, ela acha que “se tivemos mudança, foi para pior”. E não vê qualquer perspectiva de alteração de rumo, a não ser que ocorra “uma crise de grandes proporções”, algo que não está colocado no cenário atual.

*A entrevista que segue foi por ela concedida na última semana, por telefone. Leda Maria Paulani é professora na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) e é presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política. É doutora em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, e tem sua tese intitulada *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. É co-autora de *O Heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Lições da década de oitenta*. São Paulo: Edusp, 1995; e *A Nova Contabilidade Social*. São Paulo: Saraiva, 2000. Leda Maria Paulani participará do 1º Ciclo de Estudos *Repensando os Clássicos da Economia*, a ser realizado no próximo ano, aqui na Unisinos. No dia 23 de junho, a professora falará sobre o tema *A Utopia de um novo paradigma para a economia*.*

IHU On-Line – Na sua opinião, de fato, nada mudou¹ no cenário econômico brasileiro?

Leda Paulani – Nada mudou, isto é, mudou no pior sentido. Aprofundaram-se as diretrizes da política liberal e, se tivemos alguma mudança, não foi no sentido de algo diferente do que vinha sendo feito particularmente na última gestão do governo do Fernando Henrique. Do ponto de vista da política econômica, *strictu sensu*, nada mudou mesmo.

IHU On-Line – Essa abordagem do tipo “nada mudou” não contém uma ênfase por demais acentuada na questão macroeconômica?

Leda Paulani – Eu não acredito que seja possível separar as coisas como esta visão faz crer que é. Quem defende esse tipo de postura e, ao mesmo tempo, julga que é possível isso se combinar com uma postura desenvolvimentista ou mais à esquerda advoga o seguinte: política macroeconômica tem que ser assim, tem que ser uma política dura, etc., e a gente faz a diferença na política social. Quer dizer: toda a diferença estaria na política microeconômica. E todos os problemas passam a poder ser tratados na esfera microeconômica. Eu acho essa visão completamente equivocada. Por mais que sejam bem sucedidos os programas do tipo renda compensatória como o Fome Zero, Bolsa Família – que estão sendo conduzidos de uma forma muito atrasada, muito antiga, com uma visão muito paternalista do Estado e do próprio Presidente –, o que temos são milhões de famílias dependendo de uma espécie de esmola que vem do Estado. Seria muito diferente a situação dessas famílias se arrumássemos um emprego para o pai ou a mãe de cada uma delas. Isso é dar cidadania, horizonte de vida, perspectiva. Do contrário, o problema imediato é minorado, mas permanece o problema, propriamente dito, não muda a questão orgânica da sociedade. Que futuro tem essa gente? Com a política econômica atual, esses problemas continuam absolutamente sem resolução.

IHU On-Line – O ambiente internacional seria favorável para uma mudança de rumos do País ou isso pouco importa?

Leda Paulani – Se o governo Lula tivesse utilizado o capital político que tinha no início, para fazer mínimas mudanças, hoje teríamos uma autonomia maior para deliberar internamente sobre os nossos rumos sem ficar dependendo tanto do que acontece no panorama da economia mundial. Cito

¹ A entrevistada foi uma das signatárias do Manifesto dos Economistas, intitulado *E nada mudou*, divulgado recentemente, defendendo um projeto nacional de desenvolvimento e criticando a condução da política econômica nacional. Leia a íntegra do Manifesto na página 30 desta edição (Nota do **IHU On-Line**).

os dois exemplos de sempre, China e Índia, que deliberam sobre as suas políticas. E por quê? Porque têm uma política externa, do ponto de vista das relações econômicas, que os protege. Esses países têm uma espécie de escudo protetor. Então eles ganham autonomia para deliberar sobre a condução das suas economias internas. Hoje nós não temos essa condição, mas isso é resultado do fato de termos perdido a oportunidade histórica, que tivemos em mãos, para justamente criar essa condição.

***IHU On-Line* – Essa oportunidade histórica foi perdida devido ao pragmatismo político ou por uma convicção teórico-política da elite dirigente?**

Leda Paulani – Eu diria que isso se deve mais ao pragmatismo político. Julgou-se que o caminho menos conflituoso e doloroso, o caminho para a manutenção do poder, que custou tanto a chegar, (foram quatro eleições), o caminho que exigia menos esforço fosse esse. É mais fácil conciliar do que enfrentar os conflitos, isso é evidente. Então se optou por isso. Eu não sei se o Lula acredita de fato nisso, se o [Carlos] Lessa² tem razão ao dizer que ele está sendo enganado pelas elites, acho que o Presidente não é nenhum ingênuo. Mas também ninguém pode dizer que ele não possa, de repente, ter chegado à conclusão de que esse é o melhor jeito de fazer as coisas. Mas eu acho que muitas pessoas do governo sabem que não é possível termos uma perspectiva boa para o País com a continuidade dessa política. Contudo, acham que não têm nenhum espaço para fazer algo diferente. Como agora o que importa é manter o poder conquistado, então o governo se mantém nessa linha.

***IHU On-Line* – A senhora acha possível que ocorra uma reaglutinação dos movimentos sociais, forçando o governo a mudar sua linha?**

Leda Paulani – Esse é um outro problema. Nos últimos vinte anos, os movimentos sociais ficaram muito identificados com o Partido dos Trabalhadores. Não por acaso, pois o PT foi um produto da situação ditatorial vivida pelo país e nasceu de baixo, nasceu do movimento operário, dos movimentos sociais. Imediatamente ele ganhou um perfil de partido de esquerda, os intelectuais se alinharam a ele, e a partir de então, por todas essas razões, o partido passa a capturar, a atrair todos os movimentos sociais. Veja-se, para ficarmos em dois casos paradigmáticos, a ligação do PT com o Movimento dos Sem Terra (MST) e com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que seria de trabalhadores autônoma, “não-pelega”... O que acontece hoje? O PT chegou ao poder e não está fazendo a política que se esperava, mas o fato de o partido estar no poder, de o Lula ser o Presidente, isso acaba constringendo um pouco os movimentos sociais. O próprio MST anda falando uma coisa aqui e outra acolá, critica a política econômica, mas sempre preserva o Presidente. Com os resultados apresentados até agora, fosse outro o Presidente, o MST estaria bem mais bravo do que está. O professor Francisco de Oliveira³ chama essa situação de “o seqüestro da sociedade civil”. Ele fala justamente dos movimentos sociais, das associações de classe, dos sindicatos, que ficaram meio aprisionados. Muitos militantes de base do MST se recusam a acreditar que o Lula não vá fazer aquilo que prometeu. Não se pode falar com eles e criticar o

² Ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), demitido no dia 18-11-2004 (Nota do *IHU On-Line*).

³ *IHU On-Line* entrevistou o sociólogo Francisco de Oliveira, na 123ª edição, de 16 de novembro de 2004, sobre o impacto das eleições de outubro no cenário político nacional. Esse foi o tema de um artigo de Chico de Oliveira, intitulado “Quem derrotou Marta? O governo Lula”, que publicamos na edição n.º 122 do *IHU On-Line*, de 8 de novembro de 2004. O sociólogo Francisco de Oliveira, 70, é professor aposentado da USP e fundador do PT, com o qual rompeu em 2003. Ele é autor do famoso livro *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Sobre a obra, os leitores podem conferir uma entrevista com Francisco de Oliveira no *IHU On-Line* n.º 77, de 29 de setembro de 2003, e outra concedida ao *IHU On-Line* na edição n.º 80, de 20 de outubro de 2003, por ocasião de sua vinda à Unisinos, no dia 17 de outubro de 2003, em que participou do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, abordando o tema Perspectivas do Brasil com o novo governo (Nota do *IHU On-Line*).

Presidente, eles não aceitam. Então não há um espaço político-ideológico completamente aberto para uma aglutinação e uma pressão para que o governo mude.

IHU On-Line – A sua perspectiva para o futuro do País é pessimista?

Leda Paulani – Sim. Se considerarmos como otimismo a possibilidade de mudança, eu sou completamente pessimista. Acho que daqui para o final do governo, o que aconteceu nos últimos dias demonstra isso cabalmente, vimos o Lula declarar que a política econômica não mudará, que vai ser isso mesmo, reafirma duramente a política adotada. Como eu não acredito que se possa separar as coisas, não se pode fazer um governo ortodoxo na política econômica e de esquerda no resto, isso é uma ficção, então eu acho que nada vai mudar. A menos que qualquer evento inesperado, uma grande crise, faça com que o governo reavalie a situação e decida por alguma mudança. Mas essa mudança só virá ao preço de uma crise de grandes proporções. Uma crise externa, ou social, ou política, alguma coisa que não está no cenário ainda. Com o cenário atual, eu acho que tudo permanece como está até 2006.

IHU On-Line – A manutenção desse rumo não se deve também a uma certa fragilização do ideário desenvolvimentista?

Leda Paulani – Sem dúvida. Desde o começo dos anos 1990 temos um ambiente muito arisco às idéias desenvolvimentistas, temos um ambiente agressivamente contrário a elas. Temos não só uma desqualificação das políticas keynesianas⁴ de um modo geral, como temos, particularmente nos países do Terceiro Mundo, e mais particularmente ainda na América Latina, a idéia de que o desenvolvimentismo foi uma coisa errada, burra. O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco dizia isso com todas as letras. Dizia que era preciso apagar a Era Vargas – considerando a Era Vargas como o rótulo de um período que começa com Getulio Vargas em 1930 e vai até os governos militares, período em que ao Estado era atribuído um papel substantivo na evolução econômica. O Gustavo Franco definia o desenvolvimentismo e a Era Vargas como produtos da burrice. Esse era exatamente o termo que ele usava. Depois de cinquenta anos de “burrice” em termos de política econômica, os iluminados iam fazer a política correta. Ele quebrou o País, que perdeu 45 bilhões de dólares por causa da sua política, mas quem é burro são os outros... Criou-se um ambiente onde, em determinados circuitos de economistas, por exemplo, falar em política desenvolvimentista é falar palavrão, a pessoa é imediatamente marginalizada, considerada incompetente, atrasada, burra e outras coisas mais. Logicamente, isso tudo acaba influenciando as possibilidades concretas desse tipo de idéia voltar a ter espaço.

IHU On-Line – A opção ortodoxa também está impedindo o governo de fortalecer o Estado em algumas áreas ou algo está sendo feito nesse sentido?

Leda Paulani – Precisamos distinguir duas coisas. Por um lado, é preciso desmistificar a idéia corrente até no discurso da esquerda de que hoje o Estado é fraco, não tem capacidade, não tem condições, se enfraqueceu e se reduziu. Não é verdade. O que houve é que o Estado mudou de cara. No caso brasileiro, como se pode dizer que o Estado enfraqueceu frente ao aumento cavalaresco da carga tributária? Isso é contraditório. Por outro lado, o Estado brasileiro, diferentemente do Estado argentino, por exemplo, ainda detém instrumentos poderosos. Um deles é o próprio BNDES. Tem algumas estatais poderosas como a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. Alguma coisa se salvou do vendaval privatizante. São instrumentos poderosos, mobilizam uma parcela da renda nacional bastante substantiva. Fora isso, temos o sistema de Previdência que, com todos os ataques que sofreu ainda é o responsável pelo programa social mais abrangente, acho que um dos maiores do mundo, que é, por exemplo, a previdência dos trabalhadores rurais. O Estado brasileiro é muito forte, muito estruturado. O que acontece é que se pode fazer uso desse Estado de

⁴ John Maynard Keynes (1883-1946), economista inglês. Suas idéias propunham a intervenção estatal na economia com o propósito de obter o pleno emprego (Nota do *IHU On-Line*).

um jeito ou de outro. Dizer que o governo está sem instrumentos para fazer uma política mais adequada ao desenvolvimento do País é algo que não se pode aceitar. Como a política econômica é determinante e todas as demais ações de política, em qualquer esfera, acabam se subordinando às decisões da área econômica, então se diz que o Estado está falido. Mas estruturalmente o Estado teria todas as condições de fazer um trabalho melhor. Como o Lessa, por exemplo, tentou fazer no BNDES, recuperando a capacidade do banco de ser de fato um banco de desenvolvimento, finalidade para a qual ele foi criado.

IHU On-Line – Para sairmos dessa situação, a senhora apostaria mais nos partidos políticos ou nos movimentos sociais?

Leda Paulani – Apostaria mais nos movimentos sociais. Eles estão constrangidos, como vimos. Mas a forma “partido”, particularmente com este desdobramento da eleição do Lula, ficou muito fragilizada. Votou-se maciçamente no Lula e no PT, na esperança de que se mudasse alguma coisa de modo substantivo e não mudou coisa nenhuma. Então a própria idéia da política, essa que deriva da representação democrática por meio do parlamento, dos partidos, ficou muito fragilizada. Para a grande maioria das pessoas ficou parecendo que não há diferenças, pode-se votar em qualquer partido. Eu estou apoiando a criação do PSOL⁵ mas acho que a forma “partido” e a própria idéia da democracia está fragilizada. Podemos manter uma democracia formal sem que isso represente mudança. A história da ascensão dos partidos de esquerda mostra que o resultado é a continuidade. Nesse sentido, aposto mais nos movimentos sociais.

IHU On-Line – A senhora gostaria de acrescentar outros comentários?

Leda Paulani – Temos um fato simbólico recém-ocorrido que foi a morte do professor Celso Furtado. De uma certa forma, ele morreu junto com o enterro das idéias desenvolvimentistas que tanto defendeu ao longo da sua vida. Celso Furtado foi uma espécie de símbolo do desenvolvimentismo. Não só teoricamente, porque construiu o conceito de subdesenvolvimento, mas também porque ele tinha muito claro quais eram as providências que o Estado brasileiro deveria tomar para tirar o País do subdesenvolvimento. Elas nunca passaram apenas pelo desenvolvimento econômico *strictu sensu*, pela industrialização, por exemplo. Ele acrescentava a isso o planejamento, a participação ativa do Estado como organizador da economia, a absoluta necessidade de redução das disparidades de renda e das disparidades regionais. A isso, também acrescentava a necessidade do fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Nada disso foi feito, os rumos do mundo depois dos anos 1970 foram em direção contrária. E o Brasil é uma boa expressão desse movimento contrário ao que ele pensava. Essas idéias foram simbolicamente enterradas, com estes dois eventos: a demissão do Lessa na quinta-feira [18-11-2004] e a morte de Celso Furtado no sábado [20-11-2004].

O governo entregou ao setor privado o desenvolvimento nacional

Entrevista com Gentil Corazza

Gentil Corazza não está muito surpreso com os rumos do governo. Lamenta, todavia, que o desenvolvimento nacional tenha sido entregue ao setor privado, na medida em que as políticas desenvolvimentistas estejam sendo postas de lado. Doutor em Economia e professor da UFRGS, ele lembra que mesmo antes da vitória eleitoral os então futuros governantes já acenavam com a adoção de uma política ortodoxa. Daí porque não considera que estejamos vivendo uma fase de transição. “O governo nunca deixou dúvidas de que o rumo era esse”, afirma, acrescentando que nunca foi emitido qualquer sinal de adoção de políticas alternativas.

⁵ Partido Socialismo e Liberdade, que está em processo de fundação.

*Corazza é professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁶. Ele foi entrevistado pelo **IHU On-Line**, por telefone. Graduado e mestre em Economia pela UFRGS, sua dissertação de mestrado intitula-se *Teoria Econômica e Estado*. O professor é também doutor em Economia, pela Unicamp, e sua tese leva o título *A Interdependência dos Bancos Centrais entre o Governo e os Bancos Privados*. Atualmente, Gentil Corazza desenvolve o projeto de pesquisa *Relações Financeiras Externas da Economia Brasileira*. O professor é autor de *Teoria Econômica e Estado - de Quesnay a Keynes*. Porto Alegre: FEE, 1986; e *A Junta Comercial no contexto da economia do Rio Grande do Sul* (com Pedro Cezar Dutra Fonseca). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Entre outros, também organizou a obra *Métodos da ciência Econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.*

IHU On-Line - Como o senhor está vendo a situação atual do País, onde aparentemente há um embate entre desenvolvimentistas e monetaristas?

Gentil Corazza - Eu vejo isso com muita preocupação. A saída do professor Carlos Lessa do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) significa uma definição importante nos rumos da política macroeconômica e da política de desenvolvimento do País. Parece-me que houve uma definição de governo, na medida em que foi afastada uma pessoa como o Carlos Lessa, com toda a sua trajetória e a sua visão, e com tudo o que ele representava no governo Lula. Parece que, no BNDES, ainda se concretizava um resto desse espírito, desse projeto de desenvolvimento que tem todo um passado, uma visão construída com base nas idéias da Cepal⁷, e que tem toda uma história que deixou um resultado importante nos anos 1950 a 1980. No governo, concretiza-se, com isso, uma definição, uma dominância total do que já existia.

IHU On-Line - Mas essa dominância era apresentada como fase de transição, não?

Gentil Corazza - Ela nunca foi apresentada como fase de transição. Na realidade, o governo nunca deixou claro isso. Apareceu como uma grande surpresa, mas o governo nunca deixou dúvidas de que o rumo era esse. Causou perplexidade no início, porque se esperava que o governo conseguisse materializar seu projeto, que veio sendo construído junto com o Partido dos Trabalhadores e com o que ele representava. A definição da política econômica do governo Lula causou perplexidade por todos os lados. Da parte daqueles que o elegeram foi uma decepção; da parte daqueles que eram contrários também foi uma surpresa. Ele nunca apresentou essa política como uma transição. Sempre deixou claro que essa era a única alternativa e não tentou uma alternativa diferente, nem sequer sinalizou alguma possibilidade de mudança. Apenas abriu algum espaço, em algumas áreas, para a discussão do projeto de desenvolvimento nacional. Parece-me que essa porta, esse espaço se fechou com a saída do professor Lessa do BNDES.

IHU On-Line - Definiu-se, portanto, o papel do governo para a área do desenvolvimento econômico e social...

Gentil Corazza - Isso já estava bastante claro na definição da política macroeconômica, estruturada com base em alguns dogmas, que dizem caber ao governo estabilizar a economia, que a estabilidade é uma condição necessária e também suficiente para o desenvolvimento, que a abertura comercial e financeira é sempre benéfica, que ao Estado não compete mais atuar nessa área. Essa posição foi construída nesses pressupostos e ela não deixava dúvidas quanto a isso.

IHU On-Line - Essa visão está, necessariamente, ligada a uma idéia diferenciada do papel do Estado?

⁶ Gentil Corazza participará do 1º Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, no dia 14 de abril de 2005, apresentando o tema "Analisando o pensamento econômico de Malthus e Ricardo".

⁷ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Órgão das Nações Unidas (Nota do **IHU On-Line**).

Gentil Corazza - Ela está claramente definida sob uma filosofia. Ela pode dizer que ao governo não cabe mais promover o desenvolvimento, isso é um problema do mercado. Ao adotar-se uma política dessas está implícita toda uma concepção de desenvolvimento econômico. Ao governo cabe garantir a estabilidade monetária. O desenvolvimento passa a ser um problema do mercado. Os investimentos são os privados. Ao governo não compete mais esse papel. Isso já estava claro. Apenas se abriu um espaço, e havia uma certa contradição. A saída do professor Lessa não deixou mais dúvidas quanto a isso. O governo tem um projeto de desenvolvimento, que não compete mais ao Estado definir. É o setor privado que vai promover o desenvolvimento nacional. O governo se restringiu aos papéis mais clássicos, de fazer a política monetária e fiscal. Isso significa uma mudança, uma visão monetarista do processo. Entre a discussão do desenvolvimento e a estabilidade, venceu a estabilidade. Aqueles que pensavam e ainda pensam diferente, na possibilidade, ainda, de se lutar, de construir um projeto de longo prazo, que acreditam ainda na necessidade do governo ser um ator estratégico nesse processo, eles não estão mais no poder, no governo, perderam a importância.

IHU On-Line - **Como se chegou a esse estágio, uma vez que, durante anos, intelectuais, pesquisadores e militantes da área da economia, elaboraram um projeto de desenvolvimento diferente do adotado?**

Gentil Corazza - Na forma como o projeto veio se desenvolvendo nos anos 1950 a 1980, ele entrou em crise, porque o Estado se endividou muito, enfraqueceu-se como ator estratégico. E o Estado enfraquecido, endividado, perde a força e a capacidade de articulação e tem que voltar-se um pouco para o saneamento fiscal. Essa mudança não é só um problema de lutas de idéias. Existe toda uma situação, uma conjuntura de crise do Estado, principalmente pelo endividamento. A dívida interna e o compromisso de pagá-la se torna uma prioridade da política econômica. A dívida externa e a necessidade de pagá-la faz com que a economia do País esteja sendo direcionada para essa finalidade. Em cima disso se constrói toda uma ideologia, uma filosofia. São idéias que vieram se consolidando em nível internacional, e os organismos internacionais que monitoram a economia, como o FMI e o Banco Mundial, também, de certa forma, condicionam sua ajuda à adoção dessa política de saneamento. É isso que está acontecendo. Talvez ainda haja espaço para adotar um plano de desenvolvimento diferente. O baixo crescimento econômico, e as dificuldades de se retomar um crescimento estão mostrando isso. Os investimentos privados são insuficientes para manter um crescimento dos empregos. Isso está ficando claro. O governo precisa acreditar que ele pode se dedicar a promover o desenvolvimento. Em primeiro lugar precisa ter idéias claras e convicções quanto a isso. Precisa assumir que, apesar da crise, o Estado ainda é um ator importante, cabendo ao governo buscar recursos, definir políticas, prioridades. Mas no momento em que o governo, que veio com uma outra orientação, uma outra finalidade, uma outra ideologia, abandona tudo isso, não acredita mais, quando fica evidente que ele não tem essas idéias nem as convicções políticas necessárias, o que está associado a uma dificuldade conjuntural de endividamento, de crise do Estado, é nesse momento que as coisas tomaram esse rumo que estamos vendo. Não foram só as idéias que mudaram. A realidade mudou significativamente.

IHU On-Line - **Pode-se dizer que o modelo desenvolvimentista padece de uma indefinição?**

Gentil Corazza - Ele se esgotou. As condições internas e externas que impulsionaram e deram força àquele modelo se esgotaram. Não podemos mais voltar a ter aquelas condições. Isso não significa que nada possa ser feito. Uma coisa é ver que as condições mudaram, que mudou o papel do Estado, que ele está em crise, mas isso não significa que não podemos fazer mais nada. Precisa ser debatido qual é esse papel. O Estado não pode ficar reduzido a fazer política macroeconômica. Tem que procurar um saneamento fiscal, é evidente que sim, mas isso vem sendo feito, de certa forma, porque há um esforço fiscal grande no sentido de arrecadar mais. O governo aumentou sua arrecadação de forma espantosa nos últimos sete, oito anos. A carga tributária em 1994, estava em 27%; hoje está em 38%. E há uma contenção de despesas, de investimentos públicos. Há um

sucateamento generalizado das instituições, universidades, escolas... Verbas para a educação e a saúde estão sendo contidas para se gerar um superávit. Está se gerando um superávit extraordinário, que, em parte, vem reduzindo o endividamento. Mas os juros que são pagos para conter a inflação vêm corroendo, absorvendo esses recursos que são gerados pela política fiscal. Entretanto, há um espaço para o governo flexibilizar a política monetária e a fiscal e criar as condições de devolver ao Estado um papel mais importante nos investimentos, na infra-estrutura. Mal o País começa a engatinhar no crescimento e já vem o pé no freio, que está muito acentuado agora, porque nós não temos investimentos. Qualquer pequeno crescimento de 3% ou 4% já faz pressão sobre os recursos. Esse é o impasse, a camisa de força em que o governo está metido. Para ele mudar a política macroeconômica e retomar o crescimento do País, ele tem que investir.

IHU On-Line - Esse crescimento econômico paralelo ao controle da moeda é uma reinvenção de um projeto desenvolvimentista...

Gentil Corazza - Em escala menor, mais modesto. Aí tem um problema de concepção. A concepção monetarista acha que é possível estabilizar a moeda de qualquer forma, por essas medidas. Na realidade o que vemos é que estamos em uma luta de mais de dez anos de estabilização, com baixo crescimento econômico e uma estabilização que ainda não está garantida, não está sustentada, porque não se criaram as condições de uma estabilidade verdadeira. Ela só vem com o crescimento e as duas coisas têm que andar juntas. Só estabilidade ou só o crescimento representa um falso dilema. Naturalmente, os desenvolvimentistas também querem a estabilidade.

IHU On-Line - O senhor aponta no mundo, nas economias assemelhadas ao Brasil, alguma iniciativa ou modelo que possa ser estudado?

Gentil Corazza - O que serve de modelo, considerando as experiências todas, mas ainda sinaliza a possibilidade de que algo diferente pode ser feito, são os países asiáticos, como a Coreia, a Malásia, Singapura, que passaram por uma crise, mas não abandonaram o antigo projeto, trataram de redefini-lo. Para eles o Estado tem um papel importante. Eles estão nos dizendo que é possível fazer algo diferente e eles têm tido sucesso nisso. Eles estão crescendo, reduziram a fragilidade externa. Há muita coisa a ser discutida. A questão toda é que, quando as idéias cristalizam, elas viram dogma, doutrina e se tornam hegemônicas, dominantes, tirando o espaço da discussão, e o governo não dá espaço para discussão. Então as portas se fecham e ficamos pensando que só temos essas possibilidades, o que não é verdade.

IHU On-Line - O espaço para discussão hoje é menor do que há alguns anos?

Gentil Corazza - O espaço para a discussão é menor. Não há dúvida nenhuma. O governo não aceita discutir a política econômica dele, mesmo dentro do Partido dos Trabalhadores. Houve uma reunião no dia 21 de novembro em que as posições críticas, mesmo dos dirigentes do PT, não tiveram voz. O espaço para o debate é restrito. A mídia também tem criticado aqueles que não estão de acordo. Cria-se uma mentalidade, uma ideologia, uma corrente de opinião que domina em nível nacional. Nas universidades há discussões. Mas o espaço público para a discussão é muito mais restrito do que já foi, sem dúvida nenhuma.

IHU On-Line - Hoje as entidades e instituições são menos ouvidas, porque o governo não as escuta e porque a mídia também não dá espaço para essas manifestações?

Gentil Corazza - Forma-se uma espécie de unanimidade nacional de que não há outro caminho. Mede-se o acerto e o erro pelos resultados. Não dá para negar que há algum resultado. Mas o verdadeiro resultado da política econômica do governo é o crescimento econômico. Apesar de estar anunciado que vamos crescer 4,5%, é um crescimento abaixo do mundial. E para o ano que vem já está projetado algo bem menor, porque não há nada que o sustente. O que torna o crescimento econômico mais sustentável são os investimentos. E a taxa de investimentos está 18, 19%. O governo reduziu as suas expectativas de crescimento. Ele acha muito bom crescer 3%. Esse é um

crescimento muito pequeno para dar emprego aos novos trabalhadores e para reduzir a massa de desempregados. O Lula está se conformando com uma situação que não é nada boa. Nós precisamos crescer 5% em média para poder dar emprego. Se não dermos emprego, temos que estar com um programa de assistência social, fazendo caridade para fazer com que a população sobreviva. Tem um custo muito grande não crescer. Claro que essas condições não se criam de uma hora para outra, mas já estamos nessa política desde 1994. O rumo é esse, o governo Lula não só deu continuidade a esse rumo, mas o tornou mais ortodoxo ainda, por incrível que pareça.

IHU On-Line – Qual é sua expectativa com relação ao futuro do governo?

Gentil Corazza – Eu não estou otimista. Falta ao governo uma visão estratégica, de pensar a longo prazo, abrir os horizontes. Ele está preso à conjuntura, fez uma opção de conquistar credibilidade do mercado. Na minha visão de economista, o mercado sozinho não nos leva a lugar nenhum, é instável, precisa ser regulado. O Estado é imprescindível e não vejo nada dentro do governo que sinalize nessa direção. Alguma coisa melhorou, mas as coisas básicas ainda não foram tocadas. É possível criar alguma estratégia de médio e de longo prazo. Temos que pensar nisso, senão os gargalos não se resolvem. Ou então vai acontecer o que está acontecendo hoje, o governo botou o pé no freio e está tentando conter o crescimento econômico. Por incrível que pareça, pois ele está preocupado com a inflação. Se não se constroem as bases do desenvolvimento, do crescimento econômico, qualquer problema na conjuntura internacional gera uma pressão sobre a infra-estrutura. Aí o governo tem que pisar no freio. Então, a perspectiva não é sustentável.

“Quem traça o rumo é a política, não a teoria econômica”

Entrevista com Tânia Bacelar

*A economista e socióloga Tânia Bacelar de Araújo também não vê “mudança à vista” na política governamental. Acredita que isso “tem a ver com a herança e com a fragilidade da base de apoio do governo. Elegeu-se o presidente, mas não uma base de apoio. Ele está negociando a base de apoio a todo o momento. Agora está em outro momento de negociação. Há uma fragilidade política que pesa”. Tânia Bacelar concedeu uma entrevista exclusiva ao **IHU On-Line**, por telefone, na última semana. Ela atuou durante trinta anos na Sudene, especializou-se em Economia Regional, porém com um pensamento multidisciplinar, transitando pela geografia, pelo urbanismo e pela política. Colabora com distintos movimentos sociais, participando hoje da Consulta Popular.*

*Severa crítica do neoliberalismo, com suas reflexões sobre reforma agrária, planejamento econômico e desenvolvimento regional, tem contribuído para a formulação de alternativas para o Nordeste e o País. Professora nos departamentos de Economia e Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tânia Bacelar é bacharel em Ciências Sociais pela UFPE, em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Université de Paris I/Panthéon-Sorbone. A economista também lecionou nos cursos de Economia da UNICAP, foi diretora de Planejamento Regional da Sudene, secretária do Planejamento, secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco e diretora do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco. É diretora da Consultoria Econômica de Planejamento (Ceplan) e atua como consultora de várias entidades nacionais e internacionais. A economista exonerou-se do cargo de secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério do Trabalho, do Governo Federal, em janeiro de 2004. O ministro Ciro Gomes a considera “uma das mais brilhantes inteligências da academia brasileira”. Tânia Bacelar é autora de **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Fase, 2000.*

IHU On-Line – No que diz respeito à política econômica, lhe parece que o governo está assumindo definitivamente o seu perfil ortodoxo ou ainda resta alguma alternativa?

Tânia Bacelar – Não. Acho que tem muita firmeza na posição do governo. Não vejo mudança à vista.

IHU On-Line – **E a que a senhora atribui essa posição?**

Tânia Bacelar – Eu acho que tem a ver com a herança e com a fragilidade da base de apoio do governo. Elegeu-se o presidente, mas não uma base de apoio. Ele está negociando a base de apoio a todo o momento. Agora está em outro momento de negociação. Há uma fragilidade política que pesa.

IHU On-Line – **Além de adotar essa postura pragmática o governo não teria abdicado de uma aliança com os movimentos populares e com a classe média?**

Tânia Bacelar – São coisas diferentes. A classe média está perdendo o poder de compra. A renda dela está diminuindo e ela está sentindo esse peso, principalmente a classe média que compra mais do que ganha, que tem que pagar juros. Como os juros estão muito altos, a médio prazo o poder de compra vai sendo corroído, porque se deixa de comprar para pagar juros. Na classe média, o problema é mais econômico. Ela está mais afetada pela política econômica do que a maioria pobre que, ao contrário, está até recebendo mais transferência de renda. Passou-se de dois milhões e pouco de pessoas com cobertura desses mecanismos de transferência para seis milhões de pessoas. Lá embaixo na pirâmide social, até cresceu a cobertura. O problema é nos estratos médios. A classe média tinha uma expectativa muito mais alta e está vivendo uma realidade dura. É normal que a sua reação seja de insatisfação.

IHU On-Line – **Na classe baixa, na sua opinião, está havendo uma melhor distribuição de renda...**

Tânia Bacelar – Eu não diria distribuição de renda, porque o tamanho da concentração no Brasil é tão grande que esses programas assistenciais não são suficientes para falarmos em distribuição de renda. Mas eles amenizam a vida do dia-a-dia lá embaixo, na pirâmide. Podemos ver que onde o PT se saiu pior [nas eleições] é onde tem mais classe média.

IHU On-Line – **E a ampliação desse apoio distributivo na classe mais baixa não se reverte em apoio político?**

Tânia Bacelar – Não necessariamente. São pessoas também vulneráveis a outro tipo de ação política, de clientelismo imediato na hora da eleição. Elas continuam vulneráveis apesar de receberem uma renda adicional.

IHU On-Line – **A senhora atribui essa permanência da política ortodoxa a uma armadilha que prendeu o governo?**

Tânia Bacelar – Foi uma escolha. Resta ver quais serão as conseqüências políticas dessa escolha. As conseqüências econômicas são mais fáceis de ver. As conseqüências políticas é que são mais difíceis de avaliar, no médio prazo. Tanto foi uma escolha que ela continua firme. Não foi um acaso. Foi uma escolha estratégica de fazer uma transição lenta, custe o que custar.

IHU On-Line – **A senhora acredita que estamos em transição?**

Tânia Bacelar – Na estratégia deles, eles pensam em uma transição, que é lenta. Vai diminuindo a relação dívida *versus* PIB... é o discurso do governo. O problema é que, na campanha eleitoral, até um certo momento, projetava-se uma mudança mais rápida. Esta é a contradição. Mas, desde a metade de 2002, já se via uma opção por uma transição lenta, mudanças lentas. É isso que está sendo implementado.

IHU On-Line – **Há uma alternativa a essa ortodoxia econômica?**

Tânia Bacelar – Há, claro, sempre há alternativas. Alternativas técnicas sempre existem. E nesse caso também existem várias possibilidades. Só que a escolha política por enquanto está sendo essa. A alternativa técnica sempre se submete à escolha política. Quando o presidente entregou o Banco Central a Meirelles, ele fez uma escolha política, não foi uma escolha técnica. Existem alternativas a Meirelles.

IHU On-Line – **Ao governo, além de base política não lhe faltam também alguns instrumentos para oferecer uma opção diferenciada?**

Tânia Bacelar – Instrumentos técnicos sempre existem. Quando não existem, a gente cria. Quem traça o rumo não é a teoria econômica. Quem traça o rumo é a política. Para cada momento de escolha política, combinam-se os instrumentos que a teoria econômica nos ensina. Há instrumentos para uma outra política. Isso é inegável. Por isso há o debate, porque não existe só essa solução, existem outras. O problema é que, conforme a análise política do governo, essa ainda é a melhor solução. Ou muda-se na política, ou não se muda. Não é apenas o debate técnico dos economistas que ocasionará a mudança, porque, embora haja discussão técnica, quando o assunto chega ao aceita modificar, mantendo a situação como estava. O debate econômico é bom, ele deve florescer. Estimular é educativo para a população também, para que ela veja que não existe só uma possibilidade, existem várias. Há outras composições de política econômica possíveis. A pergunta é: elas são politicamente viáveis neste momento? Tem-se revelado que não. Eu estou convencida de que não haverá mudança de rumo nos próximos meses.

IHU On-Line – **Politicamente não é viável uma mudança de rumo?**

Tânia Bacelar – Seria viável com outras condições políticas, mas não nessas que estão aí. A política econômica está tendo apoio político no Palácio do Planalto. Não tem ainda forças políticas para mudar. O que não significa dizer que não é preciso criá-las. Os movimentos sociais e a sociedade podem mudar esse quadro. Mas estou fazendo uma análise fria. Quando eu olho para o cenário e vejo o que está acontecendo, não vejo sinal de mudança.

IHU On-Line – **A senhora localiza, no governo, algum nicho de resistência?**

Tânia Bacelar – Sim. O ministro José Dirceu, de vez em quando, mostra que ele gostaria que mudasse mais. Alguns ministros, internamente, falam, externamente, não. Não há essa homogeneidade favorável à ortodoxia, no governo. Só que, no debate interno, quem pressiona por mudar a política macroeconômica tem perdido. Por isso digo que não vejo sinais de mudança.

IHU On-Line – **A senhora acredita que a diferenciação entre capital nacional e estrangeiro deve ser ainda bem demarcada, como defendia o presidente demitido do BNDES?**

Tânia Bacelar – Acho que sim. O Lessa teve posições muito importantes. Ele era um foco de resistência interno. A diferença é que ele externalizava isso, por isso caiu. Os outros não externalizam, ou externalizam bem suavemente. O Lessa foi mais explícito e aí gerou uma situação em que se desestabilizou.

IHU On-Line – **A senhora acredita que a instituição de plebiscitos ou consultas populares para o debate de alguns temas mais relevantes poderia mudar essa situação?**

Tânia Bacelar – Acho que sim. Esse é outro problema. Em 2003, principalmente, um pouco menos em 2004, houve um momento de perplexidade dos movimentos sociais, da facção mais da esquerda do próprio PT. E aí não se teve uma movimentação que ampliasse o debate. Um Presidente administra as pressões e a pressão que vem dos movimentos sociais tem sido modesta.

IHU On-Line – **A que a senhora atribui isso?**

Tânia Bacelar – Eu atribuo a uma certa perplexidade. Esperava-se um governo mais ousado na área econômica, ele não veio com essa característica, e os movimentos viveram um momento de

perplexidade. A postura política, para a oposição de esquerda, é muito delicada. Se bater com muita força, nivela-se à direita. E a direita tem meios para faturar isso politicamente. Tem grande parte da mídia, tem muito poder de verbalização, de formar opinião. Não estou criticando os movimentos. Estou dizendo que também para eles é difícil, porque não se pode jogar tudo fora. Bem ou mal, qual é a alternativa? Pode ser uma volta a uma composição de força muito pior. E essa alternativa não está descartada.

IHU On-Line – Então o destino do País está nas mãos dos movimentos sociais?

Tânia Bacelar – Sempre estive. Nunca acreditei que as elites brasileiras mudassem o Brasil. Quem muda o Brasil é a população brasileira, de baixo para cima, a duras penas, e ela sabe que é um processo lento. Não vai ser fácil mudar o Brasil. Mas é preciso insistir, porque o que se conseguiu foi com muita luta. Portanto, quem desistir de lutar e esperar que o governo faça, está em uma posição equivocada.

IHU On-Line – Nessa atual onda neoliberal e de globalização, o papel do Estado ainda tem uma importância significativa?

Tânia Bacelar – Acho que sim. Os grandes estados mostram isso. Eles fazem um discurso liberal para nós, mas defendem seus interesses com unhas e dentes. Temos que olhar primeiro para eles e depois temos que ver que liberalismo em um país desigual como o Brasil só vai dar em mais desigualdade. O liberalismo pode até dar algum resultado em sociedades mais homogêneas. Em uma sociedade profundamente desigual como a nossa, vai resultar em mais desigualdade sempre. Os grandes Estados nacionais dos países poderosos do mundo defendem seus interesses com todas as ferramentas de que eles dispõem. Não tem nada de liberalismo. Então para um país como o Brasil, o Estado nacional ainda é fundamental. Enfraquecê-lo foi um dos nossos problemas. Esse é um dos nossos dramas. Nas últimas décadas, ele se enfraqueceu muito. Houve uma desmontagem, uma destruição de muitas conquistas que tinham sido feitas. E os neoliberais ainda querem mais.

IHU On-Line – O governo vem trabalhando para fortalecer o Estado? A parceria Público-Privado⁸ contribui para isso?

Tânia Bacelar – A parceria Público-Privado não fortalece o Estado, embora ela responda a uma situação concreta. O Estado não tem condição de fazer muitos investimentos. Se os investimentos tiverem retorno, o capital privado pode até se interessar. Mas a parceria Público-Privado é um instrumento muito limitado para responder às necessidades que eu considero mais importantes, exatamente aquelas que não são rentáveis, onde se precisa do Estado. Na minha região, em Pernambuco, tem um exemplo. Há o projeto de construção de uma ferrovia importante que ligaria o Nordeste ocidental ao Nordeste oriental, a transnordestina, só que não dá retorno. Cadê a parceria Público-Privado? Ela só será construída, quando o Estado bancar um investimento maior.

IHU On-Line – O governo vem conseguindo apresentar algumas medidas que fortaleça o Estado?

Tânia Bacelar – É muito lenta ainda a reconstrução. Faz parte da ideologia do governo, mas, na prática, é muito lenta ainda. Essa é uma das consequências ruins da política econômica. Ela também bloqueia essa recuperação de um instrumento que é importante.

O governo ignora a retomada do debate desenvolvimentista

Entrevista com Ricardo Carneiro

⁸ Projeto de lei do Governo Federal que institui normas de licitação e contratação de serviços e obras, oferecendo à iniciativa privada novas modalidades de participação (Nota do ***IHU On-Line***).

*O debate desenvolvimentista está recolocado e, lamentavelmente, um governo de origem popular, apoiado por um partido igualmente de corte popular, não está aproveitando a oportunidade para reforçá-lo. “Isso me parece uma coisa bastante lamentável”, observa Ricardo de Medeiros Carneiro. Carneiro é graduado em Ciências Econômicas e mestre em Economia, defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada *Capitalismo e Pequena Produção na Agricultura do Nordeste na Unicamp*. Obteve o título de doutor em Economia em dezembro de 1984, no Instituto de Economia da Unicamp (IE). Sua tese leva o título *Crise, Estagnação e Hiperinflação (A economia brasileira nos anos 80)*. Defendeu tese de livre-docência em 2000, pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, Ricardo Carneiro é membro do conselho editorial da revista ***Economia e Sociedade***, publicação semestral do Instituto de Economia da Unicamp e diretor executivo do Centro de Estudos de Conjuntura Econômica e Política Econômica (Cecon), no Instituto de Economia da Unicamp. De setembro de 1997 a setembro de 1998, atuou como pesquisador associado na University of London - Institute of Latin American Studies, onde realizou seu pós-doutorado. Ricardo Carneiro é autor de, entre outros, ***Desenvolvimento em Crise (A economia brasileira no último quarto do século XX)***. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 2002. O professor também é o organizador de ***Os Clássicos da Economia - Volumes 1 e 2***. São Paulo: Ática, 1997.*

IHU On-Line – Entre o fundamentalismo mercantilista e o desenvolvimentismo acuado, o senhor vê alguma saída?

Ricardo Carneiro - Eu acho que a saída não é trivial. Ela tem que ser pensada de uma forma coerente, consistente, mas certamente não está sendo encaminhada no governo Lula. As dificuldades para mudar a política econômica são muitas, porque dependem de uma correlação de forças na sociedade. O problema que eu vejo no governo Lula não é o da velocidade das mudanças, mas o da direção das mudanças. Eu não vejo, de forma alguma, uma mudança das políticas econômicas do período anterior, na direção de uma política desenvolvimentista. É claro que isso é difícil de realizar, mas algumas coisas poderiam ter sido feitas. O debate que Lessa promovia ou a sua crítica ao Banco Central apareceram numa hora muito importante. O Banco Central questionou apareceram numa hora muito importante. O Banco Central questionou o mecanismo do crédito dirigido, que é o crédito voltado para um conjunto de atividades importantes e que tem taxa de juros inferior à taxa de mercado. Trata-se de uma das poucas ferramentas desenvolvimentistas que restaram no País. Esse debate revela a falta de compromisso dos dirigentes da política econômica com os instrumentos desenvolvimentistas.

IHU On-Line – A preocupação do Banco Central com o crédito dirigido está relacionada com o controle da inflação?

Ricardo Carneiro - Não! O que eles alegam é que isso tiraria a eficiência do sistema, porque esse é um crédito dirigido previamente para determinados setores. Em tese, o que eles dizem é que o mercado - no caso os bancos - não teriam a liberdade de direcionar esses créditos para onde eles gostariam, para onde eles avaliam que seria mais rentável. Isso, na visão do Banco Central, terminaria encarecendo as outras linhas, porque haveria uma espécie de subsídio. Invocam sempre a idéia de que o mercado faria essa distribuição de crédito de uma forma melhor. Mas nós sabemos que, do ponto de vista do desenvolvimento, em algumas áreas, ou se faz o direcionamento do crédito ou elas não terão recursos. Esse é um ponto central da discussão.

IHU On-Line - Era essa uma opção do BNDES para implementar uma política desenvolvimentista...

Ricardo Carneiro - Uma das poucas coisas que restou do desenvolvimentismo são exatamente as instituições públicas de crédito público, tipo BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil. Elas têm recursos originários de uma fonte mais barata, portanto não se submetem às regras da taxa de juros de mercado. A maior parte desses recursos é dos próprios trabalhadores, do FGTS, do FAT. São recursos usados para saneamento, habitação, infra-estrutura... É isso que está no questionamento do Banco Central que quer, digamos assim, que os bancos privados ponham as mãos nesses recursos. Essa foi a briga do Carlos Lessa, no BNDES, contra o sistema privado e o Banco Central.

IHU On-Line - **Como pode um grupo partidário com a tradição teórica e as proposições que já tinha chegar ao poder e assumir uma posição neoliberal? Isso decorre de uma nova convicção teórica? Ou trata-se mesmo de uma opção política transitória?**

Ricardo Carneiro - Eu acho que se trata menos de uma questão de posição teórica. Eu diria que ao núcleo dirigente do governo falta clareza sob o caminho a trilhar na área econômica. Imagino que essas concessões exageradas feitas ao mercado tenham sido, do ponto de vista de alguns, apenas um movimento tático, mas que se tentou constituir num movimento estratégico, porque não fez com que o governo acumulasse forças para mudar a política. O governo tentou esse caminho, tentou construir a credibilidade e ficou prisioneiro da sua própria credibilidade ante aos mercados. Não era possível mudar no início, mas o caminho tomado se tornou um caminho sem volta. Eu vejo assim a estratégia do governo. Não sei se a reforma ministerial vai mudar essa orientação, mas a tendência é a de persistir nesse caminho. Até porque o Brasil teve sorte nos últimos dois anos, há um cenário internacional muito favorável, começaram a aparecer alguns resultados bem positivos. Isso reforça mais essa linha, embora eu acredite que esses resultados não serão sustentados a médio prazo.

IHU On-Line – **Essa predominância da visão ortodoxa revela um certo esgotamento da vertente desenvolvimentista?**

Ricardo Carneiro – As idéias desenvolvimentistas sofreram um golpe grande nos anos 1980. Foram enfraquecidas por um conjunto de fatores: a crise da dívida, a globalização financeira... Não me refiro a um enfraquecimento do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista político. Houve um recuo dessas linhas de pensamento e de raciocínio, das entidades e dos grupos sociais que as sustentavam e defendiam. Ao mesmo tempo, acho que está havendo uma renovação, um reforço dessa linha, porque o modelo liberal prometeu entregar um conjunto de coisas e não as entregou. Na América Latina, as décadas de 1980 e 1990 foram trágicas. Então, um pouco do renascimento das idéias desenvolvimentistas se deve ao fracasso do modelo liberal. Por outro lado, os países periféricos que tiveram o êxito fizeram políticas de alguma forma desenvolvimentistas, como ocorreu com os países da Ásia. O debate está recolocado e é uma pena que um governo de origem popular, com um partido de origem popular, não tenha sido capaz de reforçar esse pólo do debate. Isso me parece uma coisa bastante lamentável.

IHU On-Line – **Mas essa retomada do debate desenvolvimentista não poderá se constituir em um ponto de apoio para o governo romper com a ortodoxia?**

Ricardo Carneiro – Concretamente, o problema é o seguinte: temos um grupo minoritário representado por bancos, uma parte pequena da classe média que chamamos de rentista, que vive de rendas, o segmento da mídia... São grupos extremamente conservadores e influentes, que, de certa forma, dominam, que têm algum poder social real, mas que são, em relação à população, uma minoria.

E o governo resolveu não enfrentar esse grupo. Estamos vendo como a classe média tem faltado com o apoio ao governo, embora tenha votado no Lula, porque não vê no governo políticas favoráveis aos seus interesses. E a classe média é um ator central desse processo. De certa forma, o governo se rendeu aos interesses de uma minoria. Eu não estou dizendo que o governo seja representante dessa minoria, o que eu acho é que, de uma forma, o governo está sendo chantageado por essa minoria e tem feito a política contra a maioria da população.

IHU On-Line - É imperioso estabelecer uma distinção nítida entre os capitais nacional e estrangeiro ou essa já é uma fronteira esmaecida?

Ricardo Carneiro - Eu acho que essa fronteira é importante, sobretudo por se tratar de um país periférico, subdesenvolvido. Não tenho nenhuma razão, em princípio, para me contrapor ao capital estrangeiro produtivo que aqui veio, há mais de 50 anos, que tem uma participação importante no setor produtivo nacional. Não me oponho a isso. Mas acho que um banco de desenvolvimento local, uma agência de desenvolvimento, deve adotar um tratamento diferenciado em relação ao capital estrangeiro e ao capital nacional, porque o que nós queremos do capital internacional é que ele traga capital para o nosso desenvolvimento, tecnologia. Então não faz sentido nós tratarmos esses capitais da mesma forma. Temos que favorecer o capital nacional sem discriminar o capital internacional, dando para ele um espaço claro de atuação.

IHU On-Line - Como pesquisador, como estudioso, como é que o senhor se sente em relação a esse governo?

Ricardo Carneiro - Acho que a direção do governo tem sido ruim. Vejo, inclusive, um aprofundamento dessa direção. Não acho provável que vá mudar. Vejo um aspecto interessante, que é o afastamento do governo do PT, sobretudo das suas bandeiras tradicionais, um afastamento da intelectualidade em geral e da militância. Isso é uma questão clara. Vejo isso também como militante, é um dado da realidade. Esse afastamento tem um limite. Até onde chegará o governo com esse afastamento? Essa é uma pergunta que fica. A persistir nesse caminho, nessa estratégia, em um determinado momento, isso produzirá um resultado complicado, do ponto de vista da sustentação. Pelo menos no que diz respeito às forças tradicionais, que sustentaram o governo e o PT até agora.

IHU On-Line - O senhor é favorável à realização de consultas populares e plebiscitos para os debates das questões que dizem respeito a toda a sociedade?

Ricardo Carneiro - Dependendo da questão, sim. Acho que têm algumas questões para as quais se deve fazer a consulta. Mas não acho que esse seja um mecanismo que se possa usar permanentemente. É preciso ter formas de democracia representativa. Agora, para os temas mais cruciais, certamente sim.

Manifesto dos Economistas

“E NADA MUDOU”

Por uma política econômica voltada para um projeto nacional de desenvolvimento, com prioridade para a geração de empregos e a redução das desigualdades sociais

Em junho de 2003, um grupo de mais de 300 economistas brasileiros divulgou um manifesto no qual advertia para o agravamento da crise social em face do aprofundamento, pelo Governo Lula, da política macroeconômica herdada do governo anterior. Apontamos como alternativa, fruto de um consenso mínimo, um programa de sete pontos que configurava um compromisso com a adoção de uma política de promoção do pleno emprego, num contexto de retomada do desenvolvimento e de realização da democracia social.

Passado mais de um ano, um grupo inicial de cerca de trinta economistas, signatários ou aderentes daquele Manifesto, reuniu-se novamente para fazer uma avaliação da conjuntura econômica à vista de nossas proposições anteriores e das perspectivas que se apresentam à sociedade brasileira. Nossa conclusão, enriquecida por sugestões de outros economistas que assinam o presente documento, é que a situação social se agravou de uma forma inequívoca, e que o ligeiro suspiro de crescimento que se tem verificado este ano não muda o caráter excludente e pauperizador da política econômica. Ou seja, continuamos no rumo errado, mas há alternativa.

A adoção pelo Governo Lula da mesma política econômica adotada no segundo mandato do Governo FHC – e com o objetivo de manter o modelo de economia inaugurado por Collor – demonstra que o desejo de mudança, expresso claramente pelo povo nas eleições de 2002, foi usurpado pelo mesmo poder econômico, que quer manter a todo custo seus privilégios.

É nossa convicção que, a despeito do aprofundamento da crise social, não há sinais de reversão da atual política econômica. Ao contrário, o governo tem reafirmado que não quer mudar. Portanto, é nosso dever de cidadania insistir na denúncia de que esta política econômica não atende aos interesses da maioria e que aumentarão, cada vez mais, os problemas sociais. A suposta estabilização macroeconômica, apoiada em políticas monetária e fiscal restritivas, ocorre em detrimento da estabilidade social. As taxas de desemprego e de subemprego nas principais regiões metropolitanas se elevam a um quarto da população ativa, o que configura, de longe, a maior crise social de nossa história, levando a uma escalada da marginalização social, da criminalidade e da insegurança.

O surto do modesto crescimento econômico deste ano não deve iludir a ninguém:

- 1) A base de comparação utilizada é com o ano de 2003, quando houve queda do produto.
- 2) O crescimento observado concentra-se nas áreas de exportação e de bens de consumo duráveis, enquanto os setores produtores de bens não-duráveis, onde se concentra o consumo das massas, apresenta um comportamento distinto, com alguns de seus segmentos estagnados ou mesmo em queda.
- 3) O crescimento apurado efetivamente é ainda muito baixo para ter qualquer efeito relevante sobre a geração de emprego.
- 4) A renda do trabalho cai pelo quinto ano consecutivo.
- 5) Esse crescimento não reduz a vulnerabilidade externa do País que, ao contrário, tende a agravar-se diante do elevado nível de endividamento externo, baixas reservas internacionais, crescente desnacionalização (inclusive, da infra-estrutura) e regressão do sistema nacional de inovações.

A política econômica do governo coloca a sociedade brasileira em uma armadilha de tal forma que qualquer ameaça ou chantagem, externa ou interna, é enfrentada com medidas monetárias e fiscais restritivas que agravam a crise social. Além de travar a economia, o superávit primário – agora elevado para 4,5% do PIB – e os juros básicos de agiotagem – elevados novamente para, agora, 17,25% a.a. – são uma verdadeira máquina de transferência de renda de pobres para ricos, na medida em que implicam a tributação indireta dos pobres, e o aumento da tributação direta da classe média, para o pagamento dos juros da dívida pública aos ricos.

A sociedade brasileira deve ser conscientizada de que a atual política econômica não é capaz de nos tirar desta crise e, na verdade, tende a agravá-la, recorrentemente. E a sociedade brasileira deve ser igualmente conscientizada de que há alternativa. É com esse duplo propósito que estamos divulgando este novo Manifesto.

Os eixos estruturantes da retomada de um projeto nacional de desenvolvimento são a redução da vulnerabilidade externa e a promoção do pleno emprego. Nesse sentido, propõem-se as seguintes medidas imediatas:

1. Reduzir drasticamente a atual taxa de juro básica (Selic), que serve para remunerar os títulos públicos; portanto, a taxa de juro passa a ser focada no ajuste das contas públicas;
2. Desvincular a taxa de redesconto (que remunera os empréstimos do Banco Central aos bancos) da taxa Selic, liberando o BC para a utilização ativa das taxas de redesconto, depósitos compulsórios e cobrança de IOF como formas de regulação seletiva do crédito;
3. Estabelecer mecanismos de controle no fluxo de entrada e saída de capitais externos do país, controlando a conta de capitais, com o objetivo de impedir a evasão externa de divisas, em face da queda da taxa de juros;
4. Interromper a captação de recursos externos pelo setor público, recompor de forma contínua as reservas internacionais do país e estabelecer critérios para o processo de endividamento externo privado;
5. Promover a redução do *spread* e dos custos dos serviços dos bancos privados por meio da rivalidade agressiva derivada da oferta de crédito e de serviços financeiros pelos bancos públicos;
6. Realizar uma reforma fiscal que priorize os investimentos na economia interna e nos programas sociais e inclua um sistema progressivo de tributação, capaz de acelerar a distribuição da renda e, em consequência, o crescimento sustentado da economia e das oportunidades de trabalho;
7. Realizar uma auditoria financeira e social da dívida externa, para dar transparência e justiça ao processo de endividamento e para tornar efetivo o controle democrático;
8. Administrar a política cambial de maneira favorável às exportações e à substituição das importações, e compatível com o equilíbrio dos fluxos de capitais externos;
9. Reverter o processo de desnacionalização dos setores de produtos não comercializáveis internacionalmente, de modo a reduzir a rigidez das contas externas do país (o que implica cancelar o programa Parceria Público Privado);
10. Utilizar os recursos públicos, ora esterilizados no superávit primário, em programas de dispêndio público, voltados para a expansão e melhora dos serviços públicos básicos, como educação, saúde, habitação popular, assim como para investimentos de infraestrutura e apoio decisivo à agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária.

Este é um programa que busca ir às raízes de nossa crise para encontrar os elementos de superá-la. Na verdade, não estamos propondo, com este programa, nada de extraordinário no campo político. Com a mudança das políticas fiscal e monetária pretende-se aumentar de forma sustentada o investimento e a geração de emprego. A lógica de nossas propostas se baseia na defesa da prioridade em políticas que representem a distribuição de renda e riqueza, e soluções democráticas para os graves problemas que a imensa maioria de nosso povo enfrenta.

Do ponto de vista político, é importantíssimo que o povo brasileiro tenha assegurado os direitos garantidos pela Constituição, de decidir por plebiscito e/ou consulta popular todos os temas que afetam a toda sociedade, como os acordos internacionais da Área de Livre Comércio das

Américas (ALCA), da Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul-UEE, transgênicos, entre outros. Por isso nos somamos à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de iniciar uma campanha pela regulamentação do direito ao exercício do plebiscito pelo povo, de onde todo poder emana.

Queremos que cada cidadão brasileiro tenha a perspectiva de encontrar trabalho remunerado, acesso democrático a todos os níveis de escolarização e com a devida proteção de saúde. É um direito básico, republicano, de cidadania. Não nos conformamos com o fato de que, para milhares de jovens em nossas periferias metropolitanas, a perspectiva mais atraente de sobrevivência seja o aliciamento pelo tráfico de drogas. Não aceitamos que o problema da segurança em nossas cidades seja insolúvel. Não aceitamos a permanente transferência de renda para o setor financeiro e para os rentistas. Não queremos mais que os rumos do país sejam determinados por uma conjuntura internacional volátil, seja no sistema financeiro, seja no sistema mundial de comércio. Estamos convencidos de que, por meio de uma nova economia, será possível estruturar uma nova ordem social e estabelecer uma trajetória de desenvolvimento.

A política econômica atual é coerente com a manutenção dos privilégios da camada mais rica da população, dos setores financeiros e daqueles voltados para a exportação. A nossa proposta de política econômica é diferente. Ela se insere em um Projeto Nacional de Desenvolvimento voltado para a garantia dos interesses dos que dependem do seu trabalho, da imensa maioria do povo brasileiro.

O povo brasileiro, mais de uma vez, deu demonstrações, em nossa história política, de sua capacidade de mobilização e de luta por mudanças, para atender os interesses nacionais, democráticos e populares. Esperamos que o povo se conscientize da necessidade de se mobilizar, mais uma vez, para lutar contra as políticas neoliberais e pela construção de uma ordem social mais justa.

A política é o instrumento adequado para a transformação econômica e social. E é fundamental para o progresso democrático que haja ampla circulação de idéias e que a imprensa cumpra o seu papel de informar, sem cair na tentação totalitária do pensamento único. De nossa parte, continuaremos a exercer o nosso dever de criticar e de propor alternativas.

Em 22 de novembro de 2004.
(As assinaturas podem ser conferidas na página www.ihu.unisinos.br)

DESTAQUES DA SEMANA

TEOLOGIA PÚBLICA

“As forças vivas da Igreja sentem necessidade de um oxigênio participativo”

Entrevista com Clodovis Boff

“O Vaticano II abriu a dimensão carismática da Igreja do Espírito Santo, mas não foi muito desenvolvida. Ele mesmo nos diz que o Pai nos traz para si, nos aconchega em seu coração com as duas mãos, do Filho e do Espírito Santo. Seguramos muito a mão do Filho: a Igreja de Jesus. Esquecemos do Espírito Santo que é mais livre, mais santificador, mais criativo”. Essa é a opinião de Frei Clodovis Boff que, em continuidade com o tema de capa abordado na edição 124, com o título A Igreja: 40 anos da Lumen Gentium, de 22/11/2004, concedeu-nos a entrevista que segue, por telefone.

*Frei Clodovis Boff, frade da ordem dos Servos de Maria, nasceu em Concórdia, Santa Catarina, em 1944. Fez doutorado em Teologia na Universidade de Lovaina, na Bélgica. É autor de vários livros de reflexão social e espiritual sobre a realidade, entre os quais citamos **Teologia e prática. Teologia do político e suas mediações**. Petrópolis: Vozes, 1978 (tema de sua tese de doutorado); e **Como trabalhar com os excluídos**. São Paulo: Paulinas, 1998. É professor na PUC-RJ, no Instituto Franciscano de Petrópolis e no Marianum, de Roma. Também é assessor ISER. Atualmente, Frei Clodovis Boff mora em Curitiba, onde leciona na PUC-PR, no curso de Teologia para Leigos e no Instituto Teológico Franciscano, do Rio de Janeiro.*

IHU On-Line – Qual é o significado de celebrar 40 anos da *Lumen Gentium*?

Clodovis Boff – Um concílio tão importante como foi o Vaticano II leva tempo para ser assimilado pela Igreja. Talvez a parte mais importante de um concílio não é tanto o que se passa nos quatro anos em que ocorreu, mas a mensagem que ele transmite para ser acolhida, aprofundada, assimilada e vivida pela própria Igreja. Grande parte do que o Concílio Vaticano II falou ainda não foi assimilada pela Igreja, particularmente a questão de visão de Igreja. Por exemplo, o povo católico continua ainda, infelizmente com aquela visão hierarquicista, piramidal, clerical, de Igreja. Ainda não assimilou suficientemente uma visão de igreja “povo de Deus”, igreja dos batizados, uma Igreja toda ministerial, responsável, uma igreja que tenha uma missão no mundo de fermento, de luz, de transformação, de libertação. É preciso sempre voltar a essa fonte, uma refontização. E vamos ter que lembrá-lo muitos anos ainda, 50 anos, o centenário, bicentenário, porque vai levar tempo até a Igreja assimilar toda a sua mensagem.

IHU On-Line - Quais as visões de Igreja expressadas nessa constituição?

Clodovis Boff – Nela, há a chamada revolução eclesiológica. Primeiro, em vez de ser uma Igreja-instituição, sociedade, é a Igreja-mistério. Em vez de ela nascer dos homens, nasce da Trindade, do coração e do plano de Deus. É uma visão mais mística, mas espiritual. Esse é o primeiro capítulo do Vaticano II. Segundo, no passado se entendia muito como a Igreja do Papa, padres, bispos, freiras, a Igreja clerical. Agora não. Agora é a Igreja Povo de Deus, segundo capítulo. É o conjunto não dos ordenados, mas dos batizados. O que nos faz Igreja é o batismo. Se alguém é batizado, esse alguém é membro da Igreja. Esse é um capítulo fundamental. Terceiro, o ministério na Igreja, os encargos na Igreja, sobretudo o papel dos pastores. Não é tanto a dominação, o poder, mas o ministério, o serviço ao povo de Deus. Há uma inversão. O padre não está no trono; ele está “ao pé do povo”, como Cristo lavando os pés do povo, como um servo. Essa é toda a visão do terceiro capítulo. Também nele existe a visão do que é a Igreja: comunidade, local, que se reúne em torno da palavra, celebra a eucaristia e se lança na missão. Essa é a Igreja particular, a diocese, a paróquia, a comunidade de base, o grupo de oração. Não tanto a Igreja, aquele conjunto imenso, que tem a capital em Roma, o Papa na frente e os bispos como espécie de vigários do Papa ou seus comissários. Não! Essa Igreja somos nós, que estamos reunidos em torno da palavra. É uma visão muito mais bíblica, mais fiel à grande tradição patrística da Igreja do que aquela visão antiga, muito empobrecida e decaída na compreensão e na vivência dos cristãos.

IHU On-Line – Quais as visões de Igreja que estão em debate hoje?

Clodovis Boff – As grandes questões eclesiológicas hoje concernem, sobretudo em dois setores. Primeiro, o setor interno que se refere à participação dentro da Igreja. Busca-se uma Igreja que seja mais participativa. Nesse sentido, fala-se, às vezes, de uma democracia eclesial. Quer-se envolver mais todos os grupos de Igreja, leigos, comunidades, jovens, mulheres, nas grandes decisões da Igreja. Isso já existe em parte nos conselhos e nas assembleias pastorais. O povo realmente participa por intermédio de seus representantes. Mas, às vezes, há muitas decisões da Igreja das quais os leigos são excluídos. Por exemplo, na designação dos bispos, dos párocos, nessas decisões que o Vaticano toma sem consulta da base, de modo que muitos documentos caem “do céu para a terra”, sem uma prévia preparação da base. Não há um diálogo, sobretudo, com aqueles setores mais

dinâmicos, por exemplo, a intelectualidade, os teólogos, os jovens, as mulheres... O segundo dado é uma Igreja de compromisso social, empenhada com os pobres, com a exclusão, para superar essa dificuldade, com a globalização assimétrica, com a construção da paz, agora com essas guerras, o terrorismo, etc. É verdade que o Papa dá um exemplo muito grande. A Igreja avançou muito, sobretudo na América Latina, desde Medellín para cá, mas ainda precisa avançar mais, como Igreja profética. E o último ponto fundamental é que queremos uma Igreja ungida, espiritualizada, mística, contemplativa, adorante, onde as pessoas possam fazer uma experiência de Deus, do divino. Responder a essa fome e sede de sagrado que a *new age* ou outros movimentos de caráter orientalista manifestam. Às vezes, a Igreja também participante, comprometida precisa de espiritualidade, vibração, falta o luminoso, falta a aura nela. Por isso muita gente vai buscar outras fontes para se alimentar espiritualmente. Esse é um dado fundamental. Precisamos de uma eclesiologia mais mística. Aliás, o primeiro capítulo do Vaticano II leva para o lado da mística, porque mística e mistério são duas coisas que se prendem uma à outra. Precisa haver mais esforço coletivo nessa direção.

IHU On-Line - A eclesiologia da *Lumen Gentium* precisa ser renovada?

Clodovis Boff – A eclesiologia da *Lumen Gentium* tem alguns pontos que necessitam de aprofundamento. No próprio capítulo III, a discussão entre a relação o papado e o episcopado mundial não foi bem esclarecida. Teologicamente sim, ou seja, diz-se que o Papa junto com os bispos regem e servem à Igreja⁹. Porém, na prática, ainda é o Papa praticamente que leva a Igreja, e os bispos assessoram por meio dos sínodos episcopais. Mas tem pouca incidência, na realidade, nas grandes decisões da Igreja. O Papa Paulo VI se deu conta disso e pediu que houvesse aprofundamento. E o Papa João Paulo II, na encíclica *Ut Unum Sint*, no número 95, fala que é preciso discutir novas formas de exercício do papado, para que se abra uma nova situação, mais ecumênica, em que os próprios irmãos não-católicos vejam a Igreja como um espaço onde eles têm vez e voz, onde possam dizer sua palavra, porque, do jeito que está, a Igreja ainda está muito concentrada na sua cúpula papal. Um outro dado, sobre a vida religiosa, que a *Lumen Gentium* aborda é a falta de inserção no meio dos pobres, compromisso com a marginalidade. Teve pouco disso. Um outro aspecto: os leigos precisam ter mais protagonismo na Igreja. O Vaticano II abre um grande espaço, falando do povo de Deus, do laicato. A essa altura do campeonato, depois de toda essa experiência de 40 anos, os leigos precisam ter mais espaço, mais presença, mais participação. Eles só palpitam, mas têm pouca incidência nas decisões profundas da Igreja, precisam ser mais ouvidos¹⁰. O Vaticano II disse que o Espírito Santo fala também pelo senso, pelo faro, pela intuição do povo de Deus, inclusive dos leigos. Mas não se leva muito a sério esse sentimento. É preciso avançar.

IHU On-Line – É possível a democracia na Igreja?

Clodovis Boff – Eu tenho trabalhado nesse tema, inclusive dando seminários. A palavra democracia, por causa de suas associações com a sociedade civil, suscita certa resistência da parte dos ouvidos eclesiásticos. Falemos, então, em participação, que é a essência da democracia. Uma Igreja participativa corresponde àquilo que, em linguagem secular, deve-se chamar Igreja democrática. Porém, tem um termo teológico que recupera esse conteúdo da democracia, que se chama a sinodalidade, ou conciliaridade. Uma igreja sinodal ou uma igreja conciliar é uma igreja de participação também nas decisões. Ela participa nos trabalhos, nos pareceres e consultas, mas a questão está em participar nas decisões, por exemplo, quando uma assembléia ou conselho pastoral

⁹ Sobre este ponto conferir Boaventura Kloppenburg, *No Quarentenário da Lumen Gentium, Cadernos Teologia Pública*, n.º 4, 2004, especialmente p. 15-18 (Nota do *IHU On-Line*).

¹⁰ Sobre este ponto, conferir a conferência de D. Aloísio Lorscheider, disponível na página www.ihu.unisinos.br (Nota do *IHU On-Line*).

toma decisões junto com seus pastores. Já há uma prática nisso, que, canonicamente, do ponto de vista legal, ainda não está consagrada. Assim sendo, um pároco, um bispo, um pastor, que não está muito de acordo com isso, pode frear, apoiado pelo direito canônico. É preciso que essa prática seja canonizada, reconhecida em lei como prática normal da Igreja, prática decisória. É isso que é democracia. Elege-se o prefeito, o deputado e o presidente, mas não se elege o pároco, o bispo, nem se apita para o Papa. Decide-se em plebiscito sobre regime parlamentar ou presidencial, sobre monarquia ou república, como aconteceu no Brasil, mas, na Igreja, ninguém é chamado a plebiscito para decidir nada, se precisa de um concílio, por exemplo, ou não. Poderiam pensar em mecanismos mais participativos, adequados à natureza sagrada da Igreja, que tem uma inspiração bíblica. Até o primeiro milênio a Igreja era muito participativa. Os leigos participavam dos concílios, mediante seus representantes, que eram nobres, príncipes e reis, mas eram leigos, participavam dos concílios e votavam. Depois, concentrou-se nos clérigos. Os leigos foram praticamente excluídos. Os bispos até, por volta de 1200, na Idade Média, eram também indicados pela base, pelos leigos, junto com seus pastores, nunca separados. Hoje em dia, ninguém opina mais nada. O núncio faz consultas, podendo até ouvir um leigo, mas são casos isolados.

IHU On-Line- A democracia de que a Igreja necessita teria características próprias?

Clodovis Boff- É necessária uma democracia eclesial, uma democracia evangélica, não uma cópia das democracias civis. As forças vivas da Igreja sentem necessidade de um oxigênio participativo. Tem muita gente que se sente um pouco sufocada por não ser ouvida. Tem muitos movimentos da Igreja que pedem diálogo. Nós não sentimos muito porque, na América Latina, no Brasil, os leigos opinam, porque nossos pastores são abertos, são “democráticos”. Mas, quando eu vou para a Itália, sinto que lá os padres, os clérigos mandam e muitos leigos se sentem bloqueados, não têm aquela participação que eles gostariam. É assim em toda a Europa e nos Estados Unidos. O próximo Papa vai ter que colocar na agenda essa questão de um maior envolvimento nas bases, senão se corre o risco de criar uma Igreja dual, que ensina, com documentos, filosofias ótimas, e uma Igreja de base que deixa Roma falar sozinha, ou não acolhe aqueles documentos, resiste a essas doutrinas.

IHU On-Line – O senhor vê a possibilidade da Igreja caminhar nesse sentido?

Clodovis Boff – Claro! Não é uma questão de querer ou não querer. É uma questão de ver qual é a natureza, a essência da Igreja. A Igreja é comunidade, de irmãos, de iguais, dos filhos de Deus, que são criaturas livres, ativas, participativas. Se há desigualdade na Igreja, como há, é evidente, os padres, os bispos, os irmãos, é uma desigualdade puramente funcional, para servir a Igreja, não para dominar. O Papa é nosso grande irmão, nosso servidor, em função sempre do primado da misericórdia, do serviço, do amor, do sacrifício, do martírio, até como o Papa muito bem colocou na *Ut Unum Sint*, nessa encíclica ecumênica. É a essência da Igreja, a essência “comunional”, fraterna, igualitária, espiritual da Igreja que exige essa participação. O grande eclesiólogo Yves Congar¹¹ dizia que o direito canônico atual, por ser ainda muito autoritário na sua concepção de poder, é um elemento um pouco estranho à natureza da Igreja. Precisaria adequar o direito, toda essa parte do poder, da participação, das leis de organização da Igreja, à natureza da Igreja, que é igualitária por essência. A Igreja é comunhão com Deus, com a Trindade, com o Cristo, com a graça, com o Espírito Santo. Mas na hora de tomar as decisões, quem resolve é o Papa, o bispo, o teólogo, a freira... Não está certo. Há uma contradição. Você pode comungar Cristo, mas não pode comungar das decisões?

¹¹ Yves Marie-Joseph Congar (1904-1995): teólogo francês conhecido por sua participação no Concílio Vaticano II. Foi elevado cardeal pelo papa João Paulo II, em 1994, um ano antes da sua morte em 22 de junho de 1995, em Paris. Congar escreveu muito sobre o ecumenismo. Dedicamos a editoria Memória da 102ª edição do *IHU On-Line*, de 24 de maio de 2004, à comemoração do centenário de nascimento de Congar (Nota do *IHU On-Line*).

IHU On-Line – Se o senhor tivesse que responder à pergunta do Concílio: “Igreja, o que dizes de ti mesma?” , o que diria?

Clodovis Boff – Eu diria assim: eu, igreja, sou filha do Pai, querida, pensada desde todo o sempre, antes da criação do mundo, antes do Big Bang. Deus me quis como a filha que vai servir o mundo, que vai ser o facho, que vai transmitir a mensagem do seu Filho ao mundo. Eu sou esposa desse verbo de Deus, esse Cristo. Eu sou aquela que, como Eva, nasceu do lado de Adão, eu nasci do lado de Cristo, morto na cruz, e me alimento do batismo e da ceia, batismo pelo qual eu cresço com novos filhos. Eu sou a oficina, o templo, o ninho do Espírito Santo, em que ele derrama seus dons, em que ele inspira, santifica, e a partir dali derrama também, irradia sobre todo mundo, essa graça santificadora para a sociedade e para as outras religiões. Eu sou uma Igreja que nasceu da Trindade, sou o sonho do Pai, sou o projeto do Filho e sou o ninho do Espírito Santo. Esta é a definição espiritual que eu daria para a Igreja.

IHU On-Line – O senhor gostaria de comentar mais alguma questão sobre a *Lumen Gentium* que não foi perguntada?

Clodovis Boff – Outra coisa que me parece importante é a questão da estrutura carismática na Igreja. É um dado que talvez foi o menos assimilado. Na *Lumen Gentium* n.º 12, e eu insisto muito nisso, fala que a Igreja tem uma estrutura ministerial, sacramental, essa é a parte institucional. Mas ao lado dela há uma estrutura chamada carismática, que é mais livre e mais espontânea, a respeito de todas essas iniciativas que vêm da base, das mulheres, dos leigos, dos grupos de oração, isso tudo é Igreja. Essa outra estrutura carismática se inspira mais no Espírito Santo, enquanto a primeira, mais institucional, ministerial, sacramental, se conforma mais com a dimensão cristológica, de Cristo, que mandou fazer isso. O Vaticano II abriu por aí, mas ainda não desenvolveu muito a Igreja do Espírito Santo. Ele mesmo nos diz que o Pai nos traz para si, nos aconchega em seu coração com as duas mãos, do Filho e do Espírito Santo. Segura-se muito a mão do Filho: Jesus, Jesus, Jesus, a Igreja de Jesus. Esquecemos do Espírito Santo, que é mais livre, mais santificador, mais criativo. Graças a Deus, agora, os pentecostais católicos e os carismáticos trazem para dentro essa coisa espontânea, livre, na oração, na fala, nos dons. Mas é preciso que seja muito mais amplo esse fermento do Espírito Santo, crescer mais. É a partir daí que recuperamos todas aquelas deficiências que a Igreja de hoje sente, que é a participação, envolvimento na sociedade e a espiritualidade. Precisa-se de uma Igreja mais carismática.

IHU On-Line – Além dessa questão da Igreja carismática, quais seriam os outros pontos da *Lumen Gentium* que foram menos assimilados ao longo desses 40 anos?

Clodovis Boff – Por exemplo, o capítulo 5 da *Lumen Gentium*, que fala da vocação universal à santidade, é o capítulo menos lido, e muitos nem sabem que ele existe, quando é um capítulo importante. A santidade é democratizada. Não são só padres e freiras que podem ser chamados a ser santos. Pode ser uma pessoa de amor, de compaixão, realizada humanamente, a ponto de se divinizar na comunhão com Deus. É algo ainda bastante da elite, enquanto é um tópico fundamental. O Vaticano II observou que todos são chamados à santidade, inclusive a dona-de-casa, o jovem, o trabalhador da rua, das fábricas, o funcionário público, o operador da bolsa, todos, porque a santidade está na caridade, no amor. Esse ainda é um discurso muito gaguejante, infantil dentro da Igreja. Esse discurso está ligado à questão da espiritualidade. A pessoa quer espiritualidade de maneira um pouco de fuga, para poder ter uma massagem espiritual, uma consolação, porque a vida é muito dura, muito desencantada, ela quer ter uma espécie de reencantamento de suas relações e sua existência. Mas, fundamentalmente, quer “amorizar” a vida. E “amorizar” é se abrir ao Espírito que é amor, e, portanto, vai ser santo, porque a caridade é o núcleo da santidade. É preciso que haja um reencantamento na espiritualidade, mas consistente e não-ilusório, ou de fuga, ou superficial, ou puramente emocional. A emoção é necessária como porta de entrada, como isca, como a entrada que abre o apetite antes do prato principal, da comida

sólida, a bíblia, a palavra, a ética do compromisso, da justiça, da solidariedade, da compaixão. Esse é um ponto que precisa ser mais trabalhado.

Memória

Helder Câmara: cartas do Concílio

*O artigo que segue, por nós traduzido, foi publicado na revista italiana **Il Regno**, em 18 de novembro de 2004.*

Dom Hélder Câmara (1909-1999) foi um dos protagonistas da vida da Igreja da segunda metade do século XX. O seu cotidiano empenho na luta contra a pobreza e na defesa dos direitos humanos em nome da liberdade do Evangelho indicou profeticamente o caminho a crentes e não-crentes para a construção de um mundo de justiça e de paz. Por décadas, as suas palavras e os seus gestos testemunharam o seu anelo por uma profunda transformação da sociedade, de modo que fossem valorizadas as riquezas espirituais e intelectuais de qualquer homem e de qualquer mulher com um processo de recuperação e redescoberta, fundado na leitura da Escritura e sobre a dimensão local e universal da Igreja. A vida de Hélder Câmara¹² atesta este seu empenho, que jamais arrefeceu, nem mesmo no momento em que os tiros de metralhadora disparados contra sua casa aconselhavam prudência e silêncio¹³.

Há cinco anos de sua morte, o Instituto dom Hélder Câmara de Recife, em colaboração com a seção brasileira da Comissão para o Estudo da Igreja na América Latina (CEHILA), promoveu um seminário para a reconstrução de alguns aspectos da complexa obra de Hélder Câmara, relidos no contexto eclesial e social no qual vieram amadurecendo os gestos e as palavras, muitas vezes de caráter profético, do bispo brasileiro¹⁴. Durante o seminário, foi apresentado também o primeiro volume da *Opera omnia* dos escritos de Câmara¹⁵.

De Fortaleza a Recife

Nascido em Fortaleza em 1909, Hélder Câmara foi ordenado sacerdote aos 22 anos, no dia 15 de agosto de 1931. Os seus primeiros interesses se direcionaram para a pedagogia e a catequese, embora bem cedo tenha entrado em contato com a Teologia francesa e começado a interessar-se pela Sagrada Escritura e pela história da Igreja. Entrementes, o jovem sacerdote se empenha na reorganização das associações católicas do estado do Ceará, que tem por capital Fortaleza, a ponto de contribuir para a vitória da Liga Eleitoral Católica nas eleições locais de 1934 e 1935, que o

¹² No sábado, dia 27 de novembro, no 37º Festival do Cinema Brasileiro, foi lançado o filme, longa metragem, Dom Helder Camara – O Santo Rebelde, de Erika Bauer. (Nota do **IHU On-Line**).

¹³ Entre as reconstruções biográficas se deve assinalar o trabalho de N. PILETTI, W. PRAXEDES, Dom Hélder Câmara. Entre o poder e a profecia, São Paulo, 1997, tr. It. Dom Helder Camara tra potere e profezia. Queriniana, Brescia, 1999.

¹⁴ O seminário que foi realizado no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (23-27.8.2004), teve a participação de estudiosos latino-americanos e europeus, além de um forte grupo de testemunhos, que, por longo tempo, colaboraram com Hélder Câmara, primeiro no Rio de Janeiro e depois em Recife.

¹⁵ H. CÂMARA, Vaticano II, Correspondência conciliar. Circulares à família do São Joaquim, introdução e notas de Luiz Carlos Luz Marques, vol. I, tomo I (1962-1964), Recife, Instituto Dom Hélder Câmara – Ed. Universitária da UFPE, 2004, pp. IX-LWV, 1'-477. As pesquisas são facilitadas por um CD-ROM com o texto completo das cartas.

conduzem a assumir um empenho direto na administração do estado. A sua experiência política no Ceará se conclui, no entanto, em 1936, quando parte para o Rio de Janeiro, logo após a morte da mãe.

Os primeiros passos no Rio de Janeiro não são fáceis, já que o arcebispo Leme¹⁶ não lhe concede muito espaço. Com a nomeação episcopal de Jaime de Barros Câmara (1943), no entanto, a situação muda, desde o momento em que o novo arcebispo dá atenção ao dinâmico Hélder, que bem cedo se torna um ponto de referência para toda a Igreja brasileira. Assistente nacional da Ação Católica, reforça o papel dos leigos na Igreja, por meio de um processo de formação bíblico-moral que lhes permita testemunhar os valores cristãos na sociedade.

Enquanto leva em frente a idéia da criação de uma estrutura de coordenação e de promoção da vida episcopal da Igreja no Brasil, em 1952, chega de Roma a autorização para a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da qual Hélder Câmara foi o primeiro secretário, depois de ter sido nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1952). São anos nos quais Hélder Câmara vive em estreito contato com o mundo político da capital brasileira, da qual se torna um escutado conselheiro e um constante ponto de referência para as questões eclesiais. O seu pensamento volta-se também para a criação de uma instituição supranacional dos bispos da América Latina: em 1955, é instituída a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM). Câmara foi seu vice-presidente por sete anos (1958-1965), contribuindo para fazer este organismo tornar-se um instrumento fundamental para a reflexão teológico-pastoral na América Latina.

Durante a celebração do Concílio Vaticano II, em março de 1964, Hélder Câmara recebe a nomeação para arcebispo de Olinda e Recife, no estado de Pernambuco. A sua nomeação precede, em poucas semanas o golpe de estado, com o qual inicia os vinte anos da ditadura militar. Em Recife, a voz de Hélder Câmara se eleva para denunciar as violências dos militares e para reafirmar o empenho da Igreja em favor dos marginalizados, na linha do que estava em discussão no Concílio Vaticano II. Concluído o Concílio, dedica-se à promoção da recepção do texto e do espírito do Vaticano II e este seu empenho pastoral atrai as críticas dos militares, que procuram, de muitos modos, fazê-lo calar-se, também porque ele não perde ocasião, durante as suas numerosas viagens ao exterior, de denunciar as violências da ditadura e de defender os direitos humanos.

Não obstante as ameaças e as violências também contra os seus colaboradores, ele prossegue o seu empenho pastoral até 1985, quando a Santa Sé acolhe a sua demissão por limite de idade. Como arcebispo emérito permanece em Recife, continuando a viver na pequena e sóbria Igreja das Fronteiras, para onde havia decidido transferir-se como bispo, deixando o palácio episcopal para as atividades sociais da diocese. Morre em Recife aos 27 de agosto de 1999 e é sepultado na catedral de Olinda.

As riquezas inexploradas do Concílio

O primeiro volume da *Opera omnia* contém as cartas circulares que o bispo brasileiro escrevia cotidianamente, muitas vezes no coração da noite, no fim de uma longa jornada conciliar, à comunidade que vivia com ele no Rio de Janeiro. Esta comunidade, a Família de São Joaquim, era composta prevalentemente por mulheres que acompanharam dom Hélder Câmara desde os seus primeiros passos no Rio de Janeiro, compartilhando com ele os projetos e as esperanças daqueles anos. A edição das cartas foi confiada a L. C. Luz Marques, professor de história na Universidade Católica de Recife, que, desde alguns anos, se dedicava ao estudo da correspondência conciliar de Hélder Câmara da qual havia notícias fragmentárias, ligadas a recordações e testemunhos dos seus

¹⁶ D. Sebastião Leme foi cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Ele foi citado por Artur Cesar Isaia, em entrevista concedida ao *IHU On-Line* n.º 111, de 16 de agosto de 2004.

mais estreitos colaboradores. Luz Marques retomou e ampliou as primeiras sistemáticas pesquisas dos originais obtidos por J. O. Beozzo¹⁷, no âmbito do projeto internacional sobre a história do Concílio Vaticano II, coordenado pelo Instituto para as Ciências da Religião de Bolonha.

As cartas contam a vida cotidiana do Vaticano II, assim como era vivida por um bispo atento e competente, que toma parte nos trabalhos conciliares de modo muito particular. Ele, de fato, jamais toma a palavra na sala conciliar, este seu silêncio, porém, tem um papel importante, no momento em que procura intervir através de uma série de iniciativas, que se propõem alimentar e receber o espírito de atualização (aggiornamento) invocado por João XXIII. Hélder Câmara se faz promotor do grupo sobre a Igreja dos pobres, com o qual ele quer atrair a atenção dos padres conciliares sobre o tema da pobreza na Igreja e da Igreja. Além disso, é um dos promotores do grupo chamado “ecumênico”, que reúne os representantes de numerosas conferências episcopais que se encontram regularmente para discutir e avaliar o prosseguimento dos trabalhos conciliares. Ao mesmo tempo, ele tem numerosos contatos com personagens de primeiro plano, como o cardeal Leo Suenens¹⁸, um dos quatro moderadores do Concílio, para intervir nas dinâmicas redacionais dos esquemas particulares com o próprio testemunho evangélico, de modo a favorecer também na formulação da doutrina um retorno à dimensão puramente evangélica da experiência cristã.

Pela leitura destas circulares é, assim, possível seguir, passo a passo, a primeira dramática sessão, com os seus conflitos na aula conciliar e o trabalho subterrâneo por uma reformulação doutrinária dos esquemas da fase preparatória. Hélder Câmara mostra conhecer este processo que comenta favoravelmente, enquanto se desenvolve uma maior colaboração entre os bispos brasileiros e os episcopados latino-americanos, graças ao CELAM, no espírito de uma participação colegiada no Concílio, de modo a discutir, refletir e aprovar comunitariamente os documentos da Igreja.

As cartas circulares sobre o segundo período do Vaticano II contam uma porção de iniciativas das quais Hélder Câmara é protagonista. Trata-se de iniciativas que se desenvolvem de modo paralelo à discussão na aula do *De Ecclesia*. Neste período, Câmara aprofunda o conhecimento com Roger Schultz, fundador da comunidade de Taizé, descobrindo, por esta fraterna amizade, a riqueza da dimensão ecumênica da Igreja.

Um terceiro grupo de cartas diz respeito à estadia em Roma, na primavera de 1964, quando Hélder Câmara toma parte nas reuniões para a redação da futura constituição pastoral *Gaudium et Spes*. Estas cartas constituem uma fonte interessante para o Vaticano II, desde o momento em que elas se acrescentam a um vasto número de fontes de caráter pessoal agora disponíveis¹⁹. Elas, junto com a disponibilidade de vários arquivos, enriqueceram um conhecimento sobre o Vaticano II não limitado sobre as dinâmicas redacionais de cada um dos documentos.

¹⁷ Confirma a entrevista que o historiador e padre José Oscar Beozzo concedeu ao **IHU On-Line**, n.º 96, de 12 de abril de 2004, que debateu o golpe militar de 1964. (Nota do **IHU On-Line**).

¹⁸ Leo Suenens é cardeal-arcebispo de Bruxelas (Nota do **IHU On-Line**).

¹⁹ Cf. os diários de A. M. CHARUE, bispo de Namur (Carnets conciliaires, ed. por L. Declerck e Cl. Soetens, Louvain-la-Neuve, 2000), do teólogo italiano U. Betti (Diário Del concilio 11 ottobre 1962 – Natale 1978, Bologna 2003); do reitor do Colégio belga A. Prignon, relativo à IV Sessão (Journal conciliaire de la 4.ª Session, eds. L. Declerck e A. Haquin, Louvain-la-Neuve, 2003); do teólogo dominicano Y. Congar (Mon Journal du Concile, ed. por E. Mahieu, Paris, 2002). Permanecem ainda inéditos outros diários, como o do jesuíta Sebastian Tromp, ou se tem apenas notícias, como para o diário do card. Alfredo Ottaviani.

Ao aproximar-se o 40º aniversário de conclusão do Vaticano II²⁰, este primeiro volume da correspondência de Hélder Câmara constitui um estímulo para refletir sobre riquezas ainda sepultadas do Vaticano II do ponto de vista espiritual, bíblico e dogmático. A publicação do segundo e último volume das cartas do Concílio, prevista para 2005, fornecerá ulteriores elementos para entender o que tenha sido e seja o evento do Vaticano II para a Igreja e para o mundo.

Entrevista da semana

Economista diz que escassez limitará o avanço dos países

*Para Hans Danielmeyer, na entrevista concedida ao jornal **Folha de S. Paulo**, de 27-11-04, os recursos naturais são finitos e o Brasil poderá crescer 6% a 7% per capita. Diante de taxas de crescimento minguadas, os governos dos países da zona do euro intensificam o debate sobre as formas de expandir as suas economias. O economista alemão Hans Danielmeyer, 68, entretanto, afirma que tanto a Europa como as demais economias desenvolvidas terão de conviver, daqui para a frente, com taxas de crescimento per capita de 1,1% a 0,8% ao ano. Danielmeyer, autor do livro **The Company of the Future** ("A Companhia do Futuro"), toma como base um dos princípios básicos da economia para afirmar que as taxas tendem a ser decrescentes: a escassez. Ex-vice-presidente da Siemens, atualmente Danielmeyer atua como consultor da União Européia.*

Folha - O senhor afirma que as economias dos países desenvolvidos vão viver com taxas de crescimento per capita de 1,1% a 0,8% até 2040. Por quê?

Hans Danielmeyer - É uma certeza matemática. O crescimento exponencial das economias é impossível. Quando a sociedade industrial se estabeleceu no Reino Unido, no século 18, a taxa de crescimento per capita era de 1,6%. Desde então, ela tende a decrescer. Isso não ocorre por causa da interferência de alguém, mas porque os recursos naturais são limitados. Os governantes vão ter de dizer às pessoas que não é possível crescer mais. O petróleo, por exemplo, deve acabar. Usamos, por ano, uma quantidade de combustível fóssil que a Terra levou 1 milhão de anos para gerar. Não dá para nos comportarmos como se não houvesse um limite.

Folha - Como os países e as empresas desses países serão afetados pela manutenção desse limite de crescimento?

Danielmeyer - Essa queda vai atingir apenas as principais economias do mundo, como o Japão, os EUA. Acredito que as empresas tendem a sair dos países industrializados para os países em desenvolvimento que ainda não enfrentam esse limite.

Folha - Mas quanto tempo levará para os países emergentes atingirem esse limite?

Danielmeyer - Levou 250 anos para as sociedades desenvolvidas atingirem esse limite. Prevejo que a Coreia do Sul atinja esse limite em 2020 e a China, em 2040. Isso caso não haja nenhuma instabilidade. Se houver uma guerra como o Japão e a Alemanha enfrentaram no século passado, aí eles perderiam muito do seu capital físico e [a data para atingir esse teto] poderia ser postergada.

²⁰ O Concílio Vaticano II, iniciado em 11-11-1962, conclui-se no dia 8 de dezembro de 1965. Nota do **IHU On-Line**).

Folha - Como o Brasil se situa nessa escala?

Danielmeyer - O Brasil não está nem no meio do seu desenvolvimento industrial, se tomarmos como base a civilização industrial lançada pelo Reino Unido [com a Revolução Industrial]. Se tudo der certo, se as companhias forem eficientes, há um potencial de crescimento per capita de 6% a 7%. O Brasil se aproximará do meio do crescimento nos próximos dez anos. A partir daí, o crescimento deixa de ser exponencial e passa a ser linear. Passará, então, a girar em torno de 1,1% e 0,8%.

Folha - As economias desenvolvidas estão preparadas para essas taxas de crescimento?

Danielmeyer - Não. Os governos continuam se questionando por que as suas taxas de crescimento per capita estão tão lentas. O crescimento não deve ser um objetivo em si mesmo. Esses países não têm necessidade de crescer mais.

Livro da semana

Antonio NEGRI – Michael HARDT. Multitude: War and Democracy in the age of Empire, New York: The Penguin Press, 2004.

Tradução francesa: *Multitude – Guerre et démocratie à l'âge de l'empire.* Paris, 2004.

Tradução italiana: *Moltitudine.* Milano: Rizzoli, 2004, 496 p.

O incompleto mosaico da multidão

*Formas reticulares entre comunidade e singularidade, nos desequilíbrios de um mundo em estruturação global e a saída do trabalho por uma pura dimensão econômica. As perguntas abertas pela aposta política de uma multiplicidade, capaz de conservar-se no agir comum, e mesmo de constituir o único fundamento possível. É sobre isso que versa o novo livro de Toni Negri e Michael Hardt, intitulado **Multitude: War and Democracy in the age of Empire**, publicado em agosto deste ano. O artigo a seguir, escrito por Marco Bascetta, comenta a edição italiana do livro, e foi publicado no jornal **Il Manifesto**, em 11 de novembro de 2004. A obra é uma espécie de continuidade do livro anterior da dupla, o famoso e importante **Império** (Rio de Janeiro: Record, 2002). Ele foi apresentado na primeira edição do evento **Abrindo o Livro**, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Marco Bascetta é autor do livro **La libertà dei postmoderni**. Roma: Manifestolibri, 2004, e diretor da revista **Global Magazine**.*

A tradução e os subtítulos são nossos.

De **Moltitudine**, o último trabalho de Toni Negri e Michael Hardt – (Rizzoli, 496 p.) -, poderia ser dito, antes de mais nada, que ele não é um livro resolvido. Convém imediatamente acrescentar que aqui está talvez o seu prestígio e o motivo de seu interesse. Não é um grande afresco narrativo, como pode ser lido **Império**, não é um desenho completo, controvertido, mas nítido nos seus contornos; é antes um mosaico, ou melhor, um quebra-cabeça, cuja sistematização definitiva deveria ser confiada a um leitor cético, entendendo por leitor um sujeito do agir político, isto é, alguém que se ponha naquela situação pela qual ambigüidades e paradoxos possam ser resolvidos, e isso do ponto de vista da experiência. De resto, para a época mesma de sua composição, o volume não é simplesmente o fruto de um estudo afastado e metódico, mas recolhe a seu modo uma discussão que atravessou os movimentos dos últimos anos, refletindo as suas incertezas e entusiasmos, suas intuições felizes e momentos de impasse, englobando experiências e dificuldades. Se nem sempre as respostas aparecem como exaustivas, as perguntas que são colocadas me

parecem, em todo o caso, ser aquelas justas, como o é a intenção de não desperdiçar um patrimônio de reflexão acumulado no decurso dos anos e de restituí-lo na forma mais extensa e produtiva possível. Multidão que é, em síntese, o velho e sedutor conceito “espinozista”, e que promete uma multiplicidade capaz de conservar-se no agir comum e até de constituir o único fundamento possível, acaba sendo, antes que uma garantia, um problema. Mas, se vejo bem, é outra coisa do que um problema captado no ar. O texto de Negri e Hardt atravessa o problema em todas as direções e o reconduz, talvez um pouco forçadamente, a experiências concretas, pondo-o em confronto com cenários e processos políticos e econômicos em geral. Procuremos, então, reduzir este confronto ao essencial.

Crise dos modelos políticos

O dispositivo político da modernidade, ou seja, aquele mecanismo de delegação das prerrogativas dos indivíduos a um poder que os domina (pretendendo expressá-lo), que vai do absolutismo à democracia parlamentar, do estado monárquico ao socialista, revela os caracteres inequívocos da crise (que é bem diferente de um desaparecimento ou mesmo de uma relativa inefetividade). Esta crise dos modelos políticos não se apóia somente na recusa moral dos desequilíbrios e das injustiças cometidas em âmbito global (e na guerra que se tornou instrumento ordinário de governo), mas está inserida na profunda transformação dos modos de produção. Tendo se tornado, ao mesmo tempo, objetos e sujeitos, saberes e relações sociais, comunicação e formas de vida, a clássica separação entre o produtor e o seu meio de produção (entre a mente e o braço) não pode mais ser adotada (sob pena de aniquilação da própria força produtiva), ou o é somente no plano formal do arbítrio normativo que a institui (regras da propriedade intelectual) e naquele substancial da força que impõe respeito.

Soberania e a democracia de representação

O paradoxo do “homem de muitas dimensões”, que não pode mais ser privado das suas prerrogativas, mas, igualmente, deve ser reconduzido à única dimensão da mercadoria, é isso que abre o campo à multidão e coloca, ao mesmo tempo, o problema. Pela primeira vez, uma relação de recíproca fundamentação entre comunidade e singularidade estaria, então, radicada não só numa instância ética, mas na própria necessidade do modo de produção: “as formas dos movimentos evoluem em sintonia com as formas econômicas”, com boa paz de todos e tagarelice sobre os valores. Verdade é, no entanto, que estas formas econômicas estão entretidas de qualidades éticas e intelectuais, de mercadorias sentimentais e sentimentos mercantilizados. Mas, se este processo mina a “soberania organizada” do padrão (no sentido de torná-la sempre mais patentemente arbitrária), mina igualmente o dispositivo da transcendência política, ou seja, a forma moderna de soberania, entendida como democracia da representação. Tanto é que a soberania é sempre mais decididamente elevada ao terreno agora unitário e homogêneo da ordem pública e da guerra, assumido com o nome cativante, mas impróprio, de segurança.

Esta evolução é definida por dois autores com o termo, não isento de equívocos, de “biopolítica”. Este estaria indicando aqui (mas durante o século vinte teve múltiplas acepções) a confluência da política, da economia, das faculdades, dos hábitos, da própria esfera afetiva num único elemento, a saída do trabalho de uma pura dimensão econômica, o ingresso da política no processo do trabalho, o desenvolver-se de formas de vida e de comportamento não mais redutíveis separadamente a uma ou outra esfera. E isso tanto na vertente do poder quanto naquela de quem se lhe opõe.

Em outras palavras, já que o domínio pretenderia estender-se à vida em sua inteireza, compreendidas as diferenças que a contradistinguem, e não à simples força de trabalho (mas, de outra parte esta vida em sua inteireza se tornou força produtiva e aqui precisamente reside sua desfrutabilidade), ele (o domínio) entraria numa contradição insolúvel com a sua separação, com a

antiga pretensão de transcendência. O que, embora verdadeiro e demonstrável, conduz a um incurável otimismo, bem como a uma proliferação, antes caótica, do prefixo “bio”.

Multidão. Um dispositivo constituinte

Este estado de coisas, diversamente do passado, garantiria que eficácia, organização e democracia não possam mais entrar em contradição. Mas, é, então, realmente possível, ou também simplesmente desejável, embora sem nenhuma saudade da velha dialética, que entre estes elementos desapareça toda forma de atrito, toda tensão projetada para frente? Da mesma forma, como entre singularidade e comunidade, entre as quais, segundo Negri e Hardt, teria caído toda contradição real ou conceitual? Mais que um estado de fato, um substrato do qual se possam captar as manobras, ou um conceito mais inclusivo dos explorados, como aquele que nos era oferecido pela classe, multidão tem o significado de um projeto político, de um dispositivo constituinte, até mesmo da aposta pascaliana sob uma forma mais evoluída das relações sociais. Também a classe, de resto, representava um projeto político e um processo constituinte, mas de certo modo centrípeto, fundado sobre uma hierarquia das formas do trabalho, sobre uma concentração de potência, sobre uma alavanca decisiva. Hoje, sustentam Negri e Hardt, um tecido reticular da produção, relações sociais e movimentos se confrontam sem nenhuma hierarquia interna, com um poder que, por sua vez, apresenta formas reticulares. É uma ocasião de libertar-se, finalmente, dos vírus letais que habitavam os corpos políticos da modernidade, mas também um problema, uma dificuldade de pegar o fio da meada que, de fato, se emaranha.

Não é mistério para ninguém que as novas formas flexíveis do conflito tentam atingir o nível de eficácia das velhas, rígidas e já impraticáveis. E não será a aplicação geral do prefixo “bio” que vai resolver o problema. É preciso, então, subtrair-se à tentação de ver na multidão uma espécie de força natural, de energia primigênia, não atravessada por nenhuma diferença, voltada, necessariamente, a “realizar a plenitude da vida”, para restaurar os caracteres de princípio crítico, de descarte, de desmedida, que devem ser continuamente reafirmados e construídos, para produzir, na prática, aquele excesso, social e individual ao mesmo tempo, (chamai-a mesmo, se estais a fim de seguir as modas, uma espiral “bioinflacionária”) irredutível à mercadoria e às suas leis de produção e circulação e à separação auto-referencial do poder político, mas também à potência hipnótica do Uno, embora transferida do mito reacionário do corpo coletivo, àquele progressivo da pura energia.

Multidão designa, pois, além de um projeto que move pela crítica da representação (e pela sua crise) um terreno de conflito que é também o terreno do desfrute, ou seja, aquele do “comum”. Lá onde por comum não se deve entender um mundo natural, um patrimônio da coletividade, ou então uma autenticidade não contaminada, mas uma forma do agir e uma abertura para o futuro. É, em suma, a cooperação social (não entendida, esteja claro, no velho sentido estritamente produtivista) que, pela primeira vez, desde os tempos remotos das assim chamadas “civilizações hidráulicas”, pode realmente manter perto de si os seus próprios instrumentos e os seus próprios resultados, defendendo-os da “captura” da propriedade e do lucro.

Resistência e desenvolvimento

Resistência e desenvolvimento de novas formas políticas são, então, duas faces do mesmo projeto. Formas políticas que, segundo Toni Negri e Michael Hardt, deveriam conduzir-nos para fora do espaço e do tempo da soberania, indissolúvelmente ligada a uma relação de comando e obediência, mesmo que fosse em nome da “vontade geral” democraticamente estabelecida. Já que a multidão não prevê esta duplicação entre representantes e representados, entre interesses particulares e interesse coletivo, ela não pode sequer manifestar-se como forma diversa da soberania, como, ao invés, ficava implícito no programa socialista. Isso significa que a sua colisão com os poderes

dominantes, que conservam, a despeito da crise que os atravessa e das contradições que a minam, caracteres soberanos, assumirá um caráter assimétrico. Como assimétrica é a guerra que opõe os exércitos do império às guerrilhas, às resistências e também ao terrorismo. Eis, então, o problema. A resistência operária, na época da produção fordista, tinha um caráter perfeitamente simétrico com o poder ao qual se opunha, que lhe determinava a força, mas também a deriva. É de duvidar que seja possível restaurar hoje uma nova forma de simetria igualmente poderosa e, além disso, isenta desses riscos. Todavia, a resistência assimétrica, como o solo da guerra e a prática do terrorismo não cessam de o demonstrar cotidianamente, oscila, por sua vez, entre ineficácia e ferocidade. Estas circunstâncias parecem, de fato, negar aquela relação harmônica entre eficácia, organização e democracia, que a teoria positiva da multidão pretende obter. Assim como também pareceria difícil sustentar hoje que Zarqawi²¹ e a “biopolítica” dos kamikazes sejam eficazes, da mesma forma o seria sustentar que o movimento global pela paz o tenha sido a contento. Por conseguinte, o problema permanece dramaticamente aberto entre uma forma de agir que produz resultados monstruosos e uma outra que multiplica desejos não extintos, que também possam ser lidos como um motor potente. E, no entanto, do objetivo que **Multitude** persegue, da análise das possibilidades concretamente dadas e dos seus fundamentos materiais e históricos, não é permitido voltar atrás. Ou seja, voltar às tristes doutrinas da soberania nacional, ao engrandecimento do trabalho assalariado, à fé nas virtudes equilibradoras do estado, à consciência separada do partido, à promessa não esperada da representação e a toda outra forma de transcendência do político. Não é pouco, mas talvez esteja prestes a cantar vitória.

Filme da semana

Ouro Carmim

Os filmes recomendados nesta editoria foram assistidos por algum integrante do IHU.

*O filme comentado na edição desta semana está em cartaz em São Paulo. Esperamos que, em breve, o filme seja exibido na Grande Porto Alegre. O artigo a seguir é de autoria de Neusa Barbosa e foi veiculado no sítio da **Cineweb** – www.cineweb.com.br*

Ficha Técnica

Nome original: Talaye sorkh / Crimson Gold

Origem: Irã

Realização: 2003

Gênero: Drama

Duração: 95 min.

Classificação: livre

Inspirado numa notícia de jornal lida por Abbas Kiarostami - roteirista deste filme -, a história constrói-se em clima de máxima urgência. O protagonista é Hussein (Hossain Emadeddin), motoqueiro roliço e taciturno, entregador de pizzas em Teerã. O diretor Jafar

²¹ Mohamed al-Zarqawi, ou Abu Musab, como é conhecido, de 37 anos, é um terrorista de origem palestina, considerado pelos Estados Unidos como chefe militar de Osama Bin Laden, no Iraque. Controla diretamente mais de meia dúzia de organizações extremistas vinculadas a Al Qaeda. Washington considera Abu Musab o cérebro da maioria dos atentados com explosivos e carro-bomba no Iraque. Zarqawi também seria o mentor da maioria dos atentados kamikazes da região.

Panahi (do premiado **O Círculo**) não teme começar o filme pelo final, chocante, e revelar em flashback como se produziu este triste destino.

Panahi usa Hussein como paradigma de uma sociedade contraditória e fraturada, pelas ruas de uma Teerã cujo trânsito caótico chega a surpreender mesmo os olhos treinados de moradores das grandes cidades brasileiras. Hussein mostra-se próximo da realidade brasileira em mais de um aspecto, representante de uma categoria que, no Brasil, ganhou o nome de "excluído". Ex-veterano da guerra Irã-Iraque, Hussein não herdou medalhas no peito e sim uma doença misteriosa que inchou sua figura, pois depende da aplicação de cortisona. Deslocado, sem profissão definida, ganha a vida como entregador de pizzas. Para complementar a pequena renda, rouba bolsas com seu futuro cunhado, Ali (Kamjar Sheisi). A rigidez da religião muçulmana, no estado teocrático que é o Irã, não parece ter lugar na vida de Hussein, que mora num quarto despojado do conforto mais elementar, verdadeira caverna de um urso solitário, pragmático e sem sonhos. Traços autoritários na condução do cotidiano do país surgem nas situações vivenciadas pelo entregador, como quando ele tem sua noite de trabalho interrompida por uma intrigante tocaia policial diante de um elegante edifício, em cujo segundo andar acontece uma festa. Por motivos nunca muito claros, esta festa, ocorrida num apartamento privado, seria uma atividade clandestina. E as pessoas que saem dali são detidas, numa situação que lembra a arbitrariedade dos anos militares no Brasil.

O fosso que separa as classes no Irã é vislumbrado numa visita do entregador a um prédio de luxo, em que a solidão de um jovem abandonado por sua garota (Pourang Nakhael) o leva a convidar Hussein a entrar, compartilhando temporariamente a fatura de sua mesa e o luxo de suas lindas salas e da paradisíaca piscina com o atônito entregador.

O gatilho para a explosão de Hussein, no entanto, está em outra parte. Ele se ressentido de sua invisibilidade social, quase tanto quanto de sua impossibilidade de uma ascensão por vias normais. A indiferença de um joalheiro (Shahram Vaziri), que o manda para o comércio mais popular da cidade ainda que ele se apresente como cliente e vestido com boas roupas, é a gota d'água. O assalto de Hussein e Ali à joalheria alcança a temperatura de um rancoroso acerto de contas.

Vencedor do Prêmio do Júri na mostra Un Certain Regard, do Festival de Cannes de 2003, o filme confirma, contraditoriamente, a fama de maldito do cineasta Jafar Panahi em sua própria terra. Tal como **O Círculo** - em que expôs os dramas da condição feminina em seu país -, este filme não pode circular nas telas iranianas.

Deu nos jornais²²

Mobilização social contra a política econômica

“A temporada de grandes mobilizações contra a atual política econômica está aberta. Em nenhum momento, desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a unificação da pauta de lutas alcançou tamanho consenso entre setores organizados da sociedade civil quanto nesta semana final de novembro. Uma das principais provas disso é que a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) - formada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), por Pastorais Sociais da Igreja e pela União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras entidades - marcou para a próxima quinta-feira (25) uma

²² Veículos consultados - Nacionais: *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Valor*, *Jornal do Brasil*, *IstoÉ*, *Revista dos Bancários*, *Revista Desafios do Desenvolvimento* e a *Agência Carta Maior*. Internacionais - *Libération*, da França, *Il Manifesto* e a revista *Il Regno* da Itália, e *Clarín* da Argentina.

manifestação de peso em várias capitais do País contra “essa política econômica do governo federal, por um projeto de desenvolvimento nacional”. A principal concentração de manifestantes foi em frente ao prédio do Banco Central em Brasília. A notícia é da *Agência Carta Maior*, 22-11-04. Na avaliação dos representantes das organizações, os dois primeiros anos do governo Lula foram marcados pelo compasso de espera e de expectativa. Eles querem aproveitar o final deste ano para dar cabo de avaliações e aprofundar os preparativos para o ano que vem.

Celso Furtado: “Não se faz política sem ideologia”

Na última entrevista, publicada na edição de outubro da revista *Desafios do Desenvolvimento*, Celso Furtado dizia que o Brasil precisa desenvolver políticas próprias para a globalização, sob pena de continuar a ser o campeão mundial da concentração de renda. Perguntado pela revista se o PT estaria seguindo a mudança do Partido Socialista Francês que mudou após a chegada ao poder, Celso Furtado responde: “Não conheço bem o PT, mas acho que ele tem duas faces: uma orientada por ideais socialistas e outra que defende os assalariados. Espero que o PT não repita o que aconteceu com o Partido Socialista francês, que renunciou completamente a sua filosofia e se acomodou. Hoje em dia na França ninguém acredita mais em socialismo. Tem um grupo grande de esquerda que está completamente sem fé. Não se faz política sem ideologia”.

Wikipedia - a enciclopédia livre

Wikipedia é hoje o nome da maior enciclopédia do mundo e também a que cresce com maior rapidez, porém com uma particularidade: é totalmente gratuita. Um pouco da história da *Wikipedia* é contada por Frédérique Roussel em artigo no *Libération*, 22-11-04: “A cada dia ela aumenta um pouco mais. A enciclopédia livre *Wikipedia* chegou no mês de setembro com mais de um milhão de verbetes nas mais variadas línguas. A enciclopédia nasceu em janeiro de 2001, nos EUA. Foi criada no interior da sociedade Internet Bomis, especializada na venda de publicidade e imagens eróticas na rede. No papel de um Diderot [(1713-1784), escritor e filósofo francês do séc. XVIII], um americano astucioso denominado Jimmy Donal Wales (nascido em 8 de outubro de 1966), conhecido também por Jimbo Walles, um homem de negócios, de Huntsville, Alabama, que vive em Saint Petersburg, na Flórida, comenta que teve a idéia de uma enciclopédia livre em uma viagem de avião: ‘Eu tive a idéia de uma enciclopédia livre depois de ver o sucesso de Linux e de outros softwares abertos que ‘rodam’ na Web’”. Roussel, explica que “o verbete que iniciou a Wikipedia não se sabe ao certo. O fato hoje é que mais de milhão de verbetes se encontram lá, mais de 100 mil em alemão e em japonês, mas também em yoruba (língua falada por aproximadamente 25 milhões de pessoas na Nigéria), em bretão (língua Céltica, de um grupo insular britânico) ou em ido (idioma construído como alternativa ao esperanto). Hoje a *Wikipedia* faz parte dos 400 sítios mais visitados do mundo”. O artigo do *Libération* comenta que “esta bulímica enciclopédia necessita de mais trinta servidores de um ‘hospedeiro’ da Flórida, e tudo isso graças à generosidade voluntários de vários lugares. *Wikipedia* parece anárquica, explica Florença Devouard, vice-presidente da Fundação Wikimedia e principal articulador francês. Funciona por autocontrole, a própria ‘comunidade’ controla tudo, evitando as falsas informações, revisando, e alguns administradores de confiança, podem suprimir e corrigir os textos, diz ele”.

Lula: “Não mexo na economia”

“Eu não mexo na política econômica. Não tem volta. O caminho está tomado e ponto final. Não adianta inventar. Os resultados são positivos e estamos colhendo os frutos, que devem aparecer em 2005. É importante que todo o governo e o partido tenham unidade de ação e discurso afinado. Quem pensa em contestar o rumo da economia não terá espaço comigo para discutir isso”. A afirmação é de Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República, reagindo, segundo o jornal *O Globo*, 24-11-04, de forma categórica às contestações do partido e até mesmo de ministros palacianos, como o chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, à política econômica conduzida pelo titular da Fazenda, Antonio Palocci. Lula foi enfático na

defesa da política econômica e do ministro, dizendo que são duas coisas intocáveis.

A economia nos derrotará, afirma ministro Dulci

“Nosso governo não pode tratar o possível como virtude. Sozinho, o discurso da estabilidade econômica nos derrotará”, afirmou o ministro Luiz Dulci, na mesma reunião acima referida, segundo o jornal *O Globo*, 24-11-04. “Nós estamos defendendo a política econômica. Mas, uma vez que já está sendo feito o ajuste fiscal rigoroso, o governo poderia ter um grau de inflexão na política monetária”, disse o ministro Dirceu, segundo relato de presentes ao encontro. Os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) também fizeram ponderações sobre o modelo econômico do governo petista. Lula foi o último a falar. Fez uma exposição de 30 minutos e deixou claro que não mudará em nada a condução econômica, reforçando a posição de Palocci. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, 24-11-04, nesta reunião o ministro Waldir Pires disse a Lula: “Quem tem os votos é o sr. e não o pessoal do Banco Central que define os juros”.

A economia não está dando certo? Está.

Ao defender a política econômica, Lula disse que o BNDES vai funcionar a pleno vapor com recursos volumosos para investimentos. Lembrou o crescimento de mais de 4% da economia este ano e a geração de empregos, que pode chegar a dois milhões de novas vagas em 2004, para contestar os companheiros de partido: “A economia não está dando certo? Está. O crescimento econômico ultrapassou até a previsão dos mais otimistas”. A notícia é do jornal *O Globo*, 24-11-04.

Forma de Lula governar: “Superada”, “velha” e “criadora de clientelismo”

Ricardo Noblat, jornalista, no seu blog de 24-11-04, escreve: “Nem os mais ferrenhos adversários de Lula na oposição foram capazes de brindá-lo com a dura seleção de adjetivos de autoria do candidato do PT derrotado à prefeitura de Porto Alegre, Raul Pont. Simplesmente, Raul taxou de “vergonhosa”, “superada”, “velha” e “criadora de clientelismo” a forma de Lula governar. Ponte é da ala radical Democracia Socialista. Não será punido. Lula não quer transformá-lo em vítima. Escalou José Genoíno para responder. “É uma opinião individual com a qual não concordamos. Ele tem o direito de se expressar. O governo Lula está mudando o Brasil. Nós negociamos com a sociedade, com o Congresso, com os movimentos sociais. O governo Lula inovou muito no Brasil e isso é motivo de vaidade para todos nós”.

Um sonho: desenvolvimento nacional com inclusão social

“De conservador virei um revoltado. E me perguntei: o que fazer para, usando a linguagem do saudoso Teotônio Vilela, resgatar a dívida social? A formação de economista me deu pistas teóricas e informações práticas que me fizeram acreditar ser possível um sonho, o desenvolvimento nacional com inclusão social. Em resumo, uma civilização brasileira. Percebi elites de vários formatos, identifiquei as contra-elites e fiquei cada vez mais fascinado pelo povão brasileiro. Uma pergunta sempre me perseguiu. Como conseguiram sobreviver com tão pouco e com elites tão descomprometidas com o sonho civilizatório?” Eis um trecho da carta de Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, agradecendo ao apoio popular por ocasião da sua demissão, na semana retrasada.

“Sou neopopulista. Sou neonacionalista”

“Sou neopopulista. Amo o povo brasileiro e acho que a história fez dele um ente amoroso, capaz de criar uma civilização afetuosa e alegre. Não há nada mais civilizado que ver o povo criar uma festa de passagem de ano na orla de Copacabana, com quase dois milhões de pessoas festejando em completa harmonia e, insistentemente, acreditando num futuro melhor. Não há nada mais civilizado do que ver o povo que celebra festas como a de Parintins ou a de Barretos, verdadeiros rituais que renovam a crença de que este pode ser um país melhor para os brasileiros” - escreve Carlos Lessa, na carta acima referida. E continua: “Sou neonacionalista. Não há solidariedade internacional. A

regra do mundo é quem pariu Matheus que o embale. Por isso precisamos ter sob controle e em produção nacional vacinas, remédios, sementes, estoques de alimento, equipamentos para que as Forças Armadas possam realmente garantir que a Amazônia continue sendo de nossos filhos e netos”. E conclui: “Nossas elites querem desfrutar do padrão de vida de Nova York ou de Miami e ter mão-de-obra doméstica ultrabarata. Querem colocar no exterior uma boa parte da riqueza que aqui construíram. Querem continuar a ganhar o máximo possível aqui e ter sempre aberta a possibilidade de se converterem em seres internacionais, sem nenhuma responsabilidade pelo que acontece no Brasil. Ao nosso povo, corresponde o desafio de preservar a nacionalidade. E este povo está construindo a Nação Brasileira, consolidando a nossa oportunidade de firmar uma alternativa de civilização”.

Lula: “Genoio errou no Ceará!”

“O Genoio errou no Ceará. Ele deixou uma candidatura rebelde se eleger e o coitado do Aldo [Rebello, do PC do B, ministro da Coordenação Política] ficou rifado. Qual foi o erro? Não ter feito uma intervenção no diretório de Fortaleza e acabado com a candidatura dela, ou ter descoberto que o PT teria candidatura forte, o que nos possibilitaria dizer ao Aldo que não seria possível fazer o acordo com o PC do B”, afirmou o presidente Luís Inácio Lula da Silva, segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* de 25-11-04.

Crise energética inexorável

“A crise energética é inexorável. Vamos viver uma crise de oferta de energia e isso vai significar tensão bélica e conflitos”, afirmou Felipe González, ex-primeiro ministro da Espanha, segundo o jornal *Valor*, 24-11-04. Ele observou, segundo o jornal, que há poucos investimentos novos hoje no mundo na área de produção de petróleo e a demanda continuará crescendo. “Os Estados Unidos vão querer continuar consumindo 24% da energia produzida no mundo. A União Européia, cerca de 20%, o Japão, 18% e a China, em 2014, vai estar consumindo 30%”, disse González.

Enviado do Papa critica a dívida externa e clama por justiça social

Numa dura crítica à dívida externa, a máxima autoridade do Vaticano em questões sociais, o presidente do Conselho Justiça e Paz, cardeal Renato Martino, apoiou o governo Kirchner na sua posição de pagar o menos possível da dívida externa argentina. A notícia está publicada no jornal argentino *Clarín*, de hoje, 26-11-04. O cardeal, em visita à Argentina, se pronunciou a favor de uma consideração ética da dívida que não pode submeter as camadas mais pobres da população a “sacrifícios insuportáveis” para que seja paga e que tenha em conta “a corresponsabilidade” dos credores na situação que se chegou. Segundo o cardeal, “o princípio clássico segundo o qual as dívidas devem ser sempre pagas deve ser articulado com outros axiomas do direito igualmente aceitos em todos os sistemas jurídicos. Assim, as obrigações do devedor têm um limite”.

A dívida externa e a usura

Questionando a alta taxa de juros, o cardeal Renato Martino, segundo o jornal *Clarín*, 26-11-04, afirmou: “Olhando para o futuro, seria saudável que se aplique a doutrina católica sobre a usura, que adquire especial relevância e atualidade na medida em que se constatam as conseqüências de uma economia prevalentemente dinheirista. O devedor deve, em algum momento, poder deixar de ser devedor”.

Frases da semana

Celso Furtado e Lula

“Pouco antes de morrer, (Celso Furtado) recebeu um telefonema de Lula, dando-lhe explicações. Elegante como sempre, Celso aceitou-as. Mesmo assim, ficou mais amargurado”. - Carlos Heitor Cony, escritor - **Folha de S. Paulo**, 23-11-04.

“Dois extremos: o Lula que, tão logo eleito, foi à casa de Celso Furtado para agradecer-lhe, e a Maria da Conceição Tavares, o apoio dos chamados intelectuais é o mesmo que, por temor de ser mal recebido, cancelou a ida ao velório de Celso Furtado. Não, não é o mesmo Lula. E confundir um e outro é uma visão perversa”. - Janio de Freitas, jornalista - **Folha de S. Paulo**, 23-11-04.

Agronegócio e Reforma Agrária

“Este governo, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Incra, tem lado, sim. Nós precisamos construir um novo modelo econômico para o desenvolvimento do meio rural”. - Rolf Hackbart, presidente do Incra - **Folha de S. Paulo**, 24-11-04.

“O agronegócio é o negócio mais importante do País. Representa 34% do PIB nacional, gera 37% dos empregos, é responsável por 42% das exportações brasileiras. É o setor superavitário na balança comercial, que garante o superávit nacional como um todo”. - Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura - **Folha de S. Paulo**, 24-11-04.

"Eu sempre acompanhei o companheiro Lula, sempre pertenci a seu partido. Não consigo admitir que em dois anos ele tenha feito menos assentamentos que o governo anterior, que era contra os trabalhadores". - Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado federal - PT/SP - **Folha de S. Paulo**, 25-11-04.

“Se aqui tivessem presentes 12 mil empresários, será que Lula deixaria de vir?” - D. Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra - CPT - criticando a ausência de Lula na Conferência Nacional Terra e Água - **Jornal do Brasil**, 25-11-04.

“Os fazendeiros reagem defendendo seu patrimônio, conforme autoriza e prega a Constituição”. - Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura dizendo que via “com naturalidade” a reação dos fazendeiros às invasões dos sem-terra - **Folha de S. Paulo**, 24-11-04.

Lula: A política econômica deu certo

"Se tem uma coisa que está dando certo no governo é a política econômica. O PT não pode se esconder, procurando motivos para as derrotas, com críticas a ela". - Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República - **Folha de S. Paulo**, 28-11-04.

E a política social deu certo?

”Sem distribuição maciça de renda e sem reforma fiscal, o Bolsa Família é apenas um novo nome e um novo desenho para o déficit social brasileiro”. - Lena Lavinas, economista do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - **Folha de S. Paulo**, 27-11-04.

“Senti hostilidade de vários setores das áreas econômica e política quando o assunto era priorizar, de fato, os investimentos em saúde, importante fator de redistribuição de renda. Parece que nunca é chegado o momento de dividir o bolo. A grande ganância é no superávit primário. Estamos criando um país insuportável”. - Gastão Wagner, ex-secretário geral do Ministério da Saúde, que se demitiu na semana passada - **Jornal do Brasil**, 28-11-04.

Lula e Kirchner

“Lula da Silva tem uma política pró-FMI, enquanto Kirchner tem uma postura amplamente contrária ao FMI”. - Carlos Arbía, consultor econômico argentino - *Folha de S. Paulo*, 24-11-04.

“Não me interessa ser aplaudido pelos grandes centros financeiros internacionais. Não me interessa ser elogiado pelos gurus que previram nosso fracasso. Sem tropeçar um só passo, continuaremos renegociando nossa dívida, mas sempre pensando no país. A Argentina está de pé”. - Nestor Kirchner, presidente da Argentina - *Folha de S. Paulo*, 24-11-04.

“Por que o Banco Central resiste em acreditar que podemos crescer mais do que 4% nos próximos dois ou três anos sem pressões inflacionárias derivadas da demanda global?” - Antonio Delfim Netto, deputado federal - PP/SP - *Folha de S. Paulo*, 24-11-04.

O governo Lula segundo Paulo Evaristo Arns

“O Brasil de hoje não tem governo, Estado. O Estado é muito fraco. As pessoas que estão ao redor do Lula têm muita liberdade em agir e algumas muito pouca experiência em lidar com o povo e de trabalhar em favor do povo. O Lula continua a mesma pessoa bondosa de sempre. Mas não estava preparado para ser presidente da República, então entrega tudo para aqueles que parecem estar preparados e estes muitas vezes se enganam. Agora, de fato, o Brasil progrediu financeiramente de uma maneira surpreendente. O Fernando Henrique, com quem trabalhei por muitos anos, preparou o terreno, e foi então que o Lula pôde fazer o trabalho que está fazendo com o ministro da Economia, que também não é técnico; é um médico, mas de fato entende de economia e está cercado de pessoas do governo anterior, que ajudam a ele”. – D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo emérito de São Paulo – *Revista dos Bancários*, no. 100, outubro de 2004.

“Tenho pena que ele (Lula) não tenha executado. O mundo inteiro lamenta que ele não tenha executado esse programa que ele pregou com tanto entusiasmo no exterior. Não executou, conforme ele queria, no Brasil. Mas eu confio no Lula”. – D. Paulo Evaristo Arns – *O Globo*, 28-11-04

“Acho que ele (Lula) é muito lento na reforma agrária. Muito lento! Deveria ser dez vezes mais rápido na reforma agrária. E acho também que ele não favorece os estudos. Essas são duas coisas fundamentais. Outra coisa que acho que ele também negligenciou em todo o Brasil foi o salário do trabalhador. O trabalhador está ganhando um salário de fome. Aí o Lula falhou e está falhando. E vai continuar a falhar”. – D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo emérito de São Paulo – cardeal arcebispo emérito de São Paulo - *O Globo*, 28-11-04.

O PT não tem um projeto para o País

“Concordo plenamente e com muita tristeza (que o PT não tem um projeto para o País). Mas os outros partidos também não têm”. – Cristóvam Buarque, senador – PT/DF – Jornal da Comunidade, semanário brasiliense – *Blog Ricardo Noblat* – 29-11-04.

O PT faz parte da elite brasileira

“A elite brasileira só tem projeto para ela própria. (...) O PT é um partido que faz parte da elite. Eu venho dizendo isso há vinte anos, disse antes de ser ministro, quando ministro e agora. É um partido de trabalhadores da elite, como era o sindicato dos trabalhadores brancos na África do Sul. Eles eram do lado dos trabalhadores, mas defendiam o Apartheid. Então, o PT como partido da elite dos trabalhadores não consegue ter um projeto para o Brasil inteiro, porque a elite brasileira só tem projeto para ela mesma”. - Cristóvam Buarque, senador – PT/DF – Jornal da Comunidade, semanário brasiliense – *Blog Ricardo Noblat* – 29-11-04.

FHC é mais à esquerda que Lula, afirma senador petista

“Eu acho que FH é mais à esquerda que Lula, como pessoa. No governo não dá para dizer isso, mas o Fernando Henrique, pelo menos, criou coisas novas, como o Bolsa Escola e o Fundef [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério], isso só na área da educação. E nós ainda não criamos e, pior, desfizemos o Bolsa-Escola”. - Cristóvam Buarque, senador – PT/DF – Jornal da Comunidade, semanário brasiliense – ***Blog Ricardo Noblat*** – 29-11-04.

Política de alianças

"Um ministério que conte com estrutura orçamentária e financeira, caneta e tinta". - José Borba, líder do PMDB na Câmara, postulando uma maior participação na base de apoio do governo federal – ***Folha de S. Paulo***, 28-11-04.

O pensamento econômico latino-americano foi excluído da academia

“Há um preconceito acadêmico contra a teoria da dependência. O pensamento econômico latino-americano foi excluído da academia. Ele (Celso Furtado) continuou sendo lido pelo peso de sua obra na questão brasileira, mas não no mecanismo global da dependência. É um fenômeno estranho. A maioria que defende políticas neoliberais não mantém cinco minutos de discussão com outras correntes porque não tem a mínima idéia do que sejam”. - Theotonio dos Santos, professor de economia da Universidade Federal Fluminense - ***IstoÉ***, no.1834, 1-12-04;

“O prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz diz que as organizações internacionais estão dominadas por economistas de terceiro nível. Os brasileiros são discípulos dessa gente. Não dá. Temos um pensamento próprio e Celso Furtado era uma de suas expressões. Deixar a Universidade na mão dessa gente que não lê mais do que dois ou três manuais americanos é dramático”. - Theotonio dos Santos, professor de economia da Universidade Federal Fluminense - ***IstoÉ***, no.1834, 1-12-04.

IHU EM REVISTA

Eventos IHU

IHU Idéias

Eclesiologia hoje

O encerramento do evento **IHU Idéias** para o ano de 2004 aconteceu na última quinta-feira, dia 25 de novembro. Na ocasião, foi proferida a palestra *Por onde anda a eclesiologia, hoje? Limites e possibilidades depois de 40 anos da Lumen Gentium* pelos bispos eméritos Dom Frei Boaventura Kloppenburg, OFM, e Dom Frei Aloísio Lorscheider, OFM. Antes do início da explanação, o coordenador do IHU, Prof. Dr. Inácio Neutzling, falou aos presentes sobre a importância do evento que contou com o depoimento histórico de dois bispos que participaram do Concílio Vaticano II, há 40 anos. Frei Boaventura, ao fazer um relato histórico de todas as sessões do Concílio, repleto de detalhes, leu trechos das palavras textuais do sínodo, afirmando que a *Lumen Gentium* é o documento mais importante e foi o mais esperado do Concílio Vaticano II. Dom Aloísio Lorscheider falou sobre os rumos da eclesiologia hoje, abordando os temas mais discutidos na Igreja atual, com base no Concílio Vaticano II e na *Lumen Gentium*. "Podemos ver que a Igreja não ficou estática. Ela é um corpo vivo que caminhou alimentada pelo Espírito Santo", concluiu Dom Aloísio.

O tema foi abordado por eles e outros entrevistados na matéria de capa da última edição do **IHU On-Line**, de número 124, veiculada dia 22 de novembro de 2004.

A conferência de D. Boaventura Kloppenburg está publicada nos **Cadernos Teologia Pública** no. 4 (ver abaixo) e a de D. Aloísio Lorscheider está disponível na página www.ihu.unisinos.br

Ecos do evento

"Chamou a atenção a descrição histórica que o Frei Boventura fez. Podemos ver que o processo de abertura da Igreja não foi algo 'mágico'. Tratou-se de retomar os conteúdos do Concílio Vaticano I, trabalhar a questão da doutrina, para depois tratar do aspecto pastoral e da missão da Igreja. Dom Aloísio fez uma retomada da comunidade e da Igreja na América Latina, que busca mais participação e envolvimento do povo".

Karliton de Nazaré da Silva Pereira, graduando em Teologia na Unilasalle.

"Impressiona a inteligência, o raciocínio e a memória dos dois. Apesar de eu ser leiga no assunto, consegui entender perfeitamente o que eles disseram. Percebi uma clara diferença na análise que cada um fez do tema, mas no final os dois convergiram. É importante lembrar os 40 anos da *Lumen Gentium*, porque é um documento ainda não totalmente explorado e vivenciado pela Igreja".

Thais Diogo Passamani, ministra da Eucaristia no Santuário Sagrado Coração de Jesus, de São Leopoldo.

Sala de Leitura

Educação pelo esporte

Amanhã, dia 30 de novembro, acontecerá o último **Sala de Leitura** de 2004, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU, quando a professora Prof.^a MS Suzana Schuch Santos, da Unidade de Ciências da Saúde da Unisinos, apresentará o livro ***Educação pelo Esporte: Educação para o Desenvolvimento Humano pelo Esporte***, de Walderez Nosé Hassenpflug (São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2004). A autora faz um trabalho diferenciado porque sistematiza um conhecimento que é fruto da prática e da reflexão do trabalho realizado com a educação através do esporte em seis universidades, entre elas, a Unisinos. A professora Suzana e a equipe do Programa de Escolinhas

Integradas da Unisinos (PEI) tiveram participação na reflexão das experiências e nos depoimentos que o livro traz. O evento é gratuito e aberto à comunidade acadêmica. Suzana é a coordenadora do Programa de Escolinhas Integradas da Unisinos (PEI). Ela é graduada em Educação Física pela UFRGS, e mestre em Educação pela PUCRS. Sua dissertação de mestrado intitula-se *Atitudes de pais e professores sobre a educação sexual de crianças*. Confira, a seguir, a entrevista que a professora concedeu, por telefone, ao **IHU On-Line**, na última semana:

***IHU On-Line-* A autora Walderez Nosé Hassenpflug reúne no livro um conhecimento produzido coletivamente, inclusive com a participação da Unisinos. Qual a importância deste livro?**

Suzana Schuch Santos- A autora faz um trabalho diferenciado, porque sistematiza um conhecimento que é fruto da prática e da reflexão do trabalho realizado com a educação pelo esporte em seis universidades: Unisinos, USP, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Estadual de Pernambuco. Esse trabalho foi refletido por mais de cinco anos e a professora Walderez acompanhou-o e sistematizou o livro com um sólido conteúdo teórico e muitos depoimentos de familiares, educadores e educandos. O livro apresenta uma tecnologia de educação pelo esporte que pretende, promover o desenvolvimento integral, humano dos cidadãos brasileiros.

***IHU On-Line-* Como é entendido o desenvolvimento integral pelo esporte?**

Suzana Schuch Santos- Há, na base, uma concepção do sujeito que pensa, age, influencia e é influenciado por um determinado contexto social. Um sujeito que tem sua corporeidade como manifestação máxima de humanidade. Mesmo seu pensamento, seu sentimento se corporificam e constrói uma cultura à qual influencia e pela qual é influenciado.

***IHU On-Line-* Quais as diferenças que a educação pelo esporte apresenta em relação ao esporte como mera área da educação física?**

Suzana Schuch Santos- Ela problematiza o esporte, porque não o pensa como área da educação física, e sim como um fenômeno social, como algo próprio da cultura de um povo. O esporte que pode ser cantado, pensado, manifestado artisticamente, refletido e usado como estratégia e intervenção educativa. A tecnologia social de educação pelo esporte, que está explicada e ilustrada no livro, integra a educação física, o esporte, a arte, a área da saúde e o compromisso de apoio à escola onde nós trabalharíamos com ênfase, no processo de leitura e escrita. A tecnologia social de educação pelo esporte é uma determinada organização que envolve todas essas áreas.

***IHU On-Line-* O livro traz depoimentos de experiências realizadas na Unisinos?**

Suzana Schuch Santos- Sim. Inclusive, as pessoas que deram depoimentos no livro foram convidadas a apresentar junto comigo o livro na *Sala de Leitura*, no próximo dia 30. Temos o pai de uma menina do Programa de Escolinhas Integradas da Unisinos (PEI), que conta como a vida dele foi modificada por causa da educação que a filha recebeu no PEI, o quanto ele foi afetado por esse produto educativo. É um dos exemplos.

***IHU On-Line-* Qual é a principal inovação que a abordagem do livro traz?**

Suzana Schuch Santos- Na literatura já existente, se fala sobre esporte, mas se sugerem brincadeiras ou atividades concretas. Mas não existe uma literatura com as características que o livro apresenta: o esporte metodologicamente organizado, numa visão tão ampliada. Ele traz um suporte teórico e ilustra depoimentos práticos. Ele não diz como fazer, mas orienta caminhos de como ter sucesso, usando esse referencial teórico. Nós não tivemos acesso a nada parecido até o presente momento.

Encontros de ética para alunos

Hoje, dia 29 de novembro de 2004, será realizada, às 17h30min, a última edição do evento **Encontros de ética para alunos**, promovido pelo IHU este ano. O tema *Crises dos universitários* será apresentado pelo Prof. Dr. Hilário Henrique Dick, professor na Unidade de Ciências Humanas da Unisinos, coordenador e professor no curso de Especialização em Juventude da Unisinos. O evento é gratuito e acontece na sala 1G119 do IHU. Hilário Dick é mestre e doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O **IHU On-Line** entrevistou o professor na 114ª edição, de 6 de setembro de 2004.

Estudando as Religiões IX

O Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo (Gdirec), do IHU, convida para a nona edição do evento **Estudando as Religiões**, no próximo dia 1º de dezembro, das 17h às 18h30min, na sala 1G119 do IHU. Na ocasião, a religião a ser debatida e estudada será a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O evento é gratuito e aberto à comunidade.

Repensando os clássicos da economia

Com o objetivo de discutir as possibilidades e os limites de uma economia eticamente regulada, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU -, em parceria com a Graduação em Economia, o PPG em Administração e o PPG em Ciências Contábeis, está promovendo o 1º Ciclo de Estudos “Repensando os Clássicos da Economia”. O ciclo se realizará no Câmpus da Unisinos, em São Leopoldo, e na Livraria Cultura no Bourbon Country em Porto Alegre. Na Unisinos, o ciclo iniciará no dia 10 de março e abordará, em 10 sessões, os textos fundadores da economia como **A Riqueza das Nações**, de Adam Smith; **O Capital**, de Karl Marx; **A Teoria do Lazer**, de Thorstein Veblen; **Capitalismo, Socialismo e Democracia**, de Joseph Schumpeter; **Princípio da Economia**, de Alfred Marshall. As obras de Malthus, Ricardo e Keynes também serão abordadas em sessões específicas, como também haverá uma sessão dedicada ao livro **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, de Max Weber. Essa sessão estará a cargo do Prof. Dr. Antonio Flávio Pierucci - USP. Entre os assessores já confirmados estão a Prof.^a Dr.^a Ana Maria Bianchi - USP, Prof. Dr. Gentil Corazza - UFRGS, Prof.^a Dr.^a Leda Paulani - USP e o Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monastério - UFPEL. Na Livraria Cultura, em Porto Alegre, o Ciclo iniciará no dia 16 de março.

III Ciclo de Estudos sobre o Brasil

Na última semana, foi concluída a programação do **III Ciclo de Estudos sobre o Brasil** promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, que se realizará durante o ano de 2005, tanto no Câmpus da Unisinos quanto na Livraria Cultura, em Porto Alegre. Entre as obras a serem estudadas estão, entre outras, **Os Africanos no Brasil**, de Nina Rodrigues; **O Escravismo Colonial**, de Jacob Gorender; **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**, de Clóvis Moura; **Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil**, de Luiz Mott; **Da Senzala à Colônia**, de Emília Viotti da Costa; **Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**, de Ronaldo Vainfas e **Homens livres na ordem escravocrata**, de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Entre outros, estarão participando do Ciclo, a Prof.^a Dr.^a Emília Viotti da Costa, o Prof. Dr. Luiz Mott, o Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos, o Prof. Dr. Ronaldo Vainfas e a Prof.^a Dr.^a Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Voluntariado na Unisinos

O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS é o título do 26º volume dos *Cadernos IHU Idéias*. O caderno é de autoria de MS Rosa Maria Serra Bavaresco, licenciada em História pela PUC/RS, bacharel em Direito pela Unisinos e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos. Segundo a autora, “este artigo trata do tema de uma dissertação vinculada ao Programa de Estudo sobre Trabalho Voluntário, ligado ao Laboratório de Estudos sobre Política Públicas e Terceiro Setor na Linha de Pesquisa Políticas do Programa de

Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos”. O caderno de 22 páginas pode ser adquirido na Livraria Cultural, ao lado do IHU e/ou no endereço humanitas@unisinos.br
Os textos publicados nos *Cadernos IHU Idéias* estão disponíveis no sítio www.ihu.unisinos.br

Fórum de Economia Solidária do Vale do Rio dos Sinos

Ocorreu no último dia 20 de novembro, no Auditório Central da Unisinos, o Encontro de Empreendimentos e Entidades de Apoio do Fórum de Economia Solidária do Vale do Rio dos Sinos. O evento foi promovido para ouvir o prefeito eleito de São Leopoldo sobre suas propostas para a Economia Popular Solidária em seu governo (2005-2008); preparar os grupos de economia popular solidária envolvidos com o Fórum Social Mundial em janeiro de 2005; e informar sobre a Casa da Economia Solidária, que está sendo construída em Porto Alegre para continuar o processo “Outro mundo possível”, após o término do FSM.

Participaram do evento mais de 150 pessoas de cooperativas, grupos de economia popular solidária do Vale do Rio dos Sinos das cidades de Canoas, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Nova Hartz e Sapiranga. O prefeito eleito Ary Vanazzi (PT) afirmou que, em seu governo, os trabalhadores que atuam na economia popular solidária vão ter todo o apoio necessário para se organizar e trabalhar na cidade. Um representante dos Empreendimentos leu e entregou uma carta ao prefeito eleito com solicitações sobre Economia Popular Solidária. O representante da Comissão Gaúcha no Fórum Social Mundial, Inácio Konzen, do Centro de Apoio Multiprofissional (CAMP), explicou como vai funcionar a infra-estrutura durante os cinco dias do FSM, que, desta vez, será atendida pelos trabalhadores da Economia Popular Solidária dos setores abastecimento, alimentação, serviços, artesanato e reciclagem. O envolvimento dos trabalhadores cooperados já é uma realidade, pois já foi assinado contrato entre a Coordenação do FSM com as cooperativas de confecção do RS, SC, PR e SP, para fazer 65.000 bolsas para o Fórum. Em seguida os representantes dos setores explicaram como podem se envolver, colocando sua prática em favor dos participantes do FSM. Depois de “repartir o lanche”, cada setor se reuniu em grupos para inteirar-se das próximas reuniões em Porto Alegre. Participaram pela Unisinos, a professora Vera Benvenuti, coordenadora dos Programas da Diretoria de Ação Social e Filantropia, Vera Regina Schmitz, diretora adjunta do IHU e coordenadora do Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários e Ana Mercedes Icazza, Dárnis Corbellini e Alcido Arnhold, também membros do IHU.

Terra Habitável. Um desafio para a humanidade

De 16 a 19 de maio de 2005, será realizado, na Unisinos, o *Simpósio Internacional Terra Habitável. Um desafio para a humanidade*. O evento celebra o cinquentenário da morte de Teilhard de Chardin e o centenário do ano miraculoso de Einstein. Além das grandes conferências, o simpósio terá uma intensa e fascinante programação de oficinas e minicursos. Para o primeiro dia do simpósio, já estão confirmadas as seguintes oficinas:

- 1 - A dimensão espiritual da realidade do cosmos. Uma leitura a partir de Einstein e Teilhard de Chardin - Prof. Dr. Paul Alexander Schweitzer – PUC-Rio;
- 2 - A relatividade, a física das partículas e as origens do Universo – Prof. Dr. Mario Novello – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – RJ;
- 3 - Energia nuclear, desenvolvimento e meio ambiente – Prof. Dr. Luiz Pinguelli Rosa – UFRJ ;
- 4 - A física no século XX – Prof. Dr. Antonio Augusto Passos Videira – UERJ;
- 5 - Física é cultura – Prof. Dr. Ildeu de Castro Moreira – UFRJ;

6 - A estrutura do universo e os seus códigos físicos – Prof. Dr. Armando Lopes de Oliveira – UFMG.

Minicursos

Os minicursos já confirmados e que se realizarão no primeiro dia do simpósio são:

- 1 - Lixo, ambiente e inclusão: uma abordagem bioética - Prof.^a MS Ana Maria Souza Arruda, Prof.^a MS Debora Lemos Maldi Maia, Prof.^a Dr.^a Katia Karina Verolli de O. Moura e Prof. MS Lorenzo Lago - Universidade Católica de Goiás – UCG;
- 2 - Educação, conhecimento, ética e cotidiano: problematizando a dramaticidade de uma sobrevivência humana da humanidade - Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes - UNISINOS e Prof. MS Marcelo Antônio Fernandes – UFRGS;
- 3 - Epistemologia ambiental - Dr. Geraldo Mario Rohde - CIENTEC/RS;
- 4 - Una propuesta integral de desarrollo auto sostenible, desarrollo social y respeto del medio ambiente - Prof. MS Luis Enrique Guzman Puerto - Pontificia Universidad Javeriana – Colombia;
- 5 - As diferentes formas de perceber o mundo através do poder geopolítico da cartografia - Prof.^a MS Roselane Zordan Costella – PUCRS;
- 6 - A educação do olhar - Prof.^a MS Maria Rosicler Ferretto Barbosa – UNISINOS;
- 7 - Educação ambiental para o consumo responsável Prof.^a MS Maria Aparecida de Oliveira Hinsching – Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR;
- 8 - Ética e desenvolvimento sustentável - Prof.^a Dr.^a Ana Alice Vilas Boas – UFRJ.

Cadernos Teologia Pública

Acabam de ser publicados mais dois Cadernos Teologia Pública. “A teologia e a origem da Universidade” de autoria do Prof. Dr. Martin N. Dreher e “No quaternário da *Lumen Gentium*” de Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M. Os dois cadernos correspondem aos nos. 3 e 4, respectivamente, dos Cadernos Teologia Pública que são uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e que foram lançados no final do mês de setembro deste ano. O Prof. Martin N. Dreher é doutor em História da Igreja pela Universidade de München e professor do PPG em História da Unisinos e é pastor ordenado da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. O texto de D. Boaventura Kloppenburg foi apresentado no IHU Idéias da última quinta-feira que comemorou os 40 anos da *Lumen Gentium*.

Os Cadernos Teologia Pública podem ser adquiridos na Livraria Cultural e/ou no endereço humanitas@unisinos.br

Os textos também estão disponíveis no sítio www.ihu.unisinos.br

IHU Repórter

Maria Salete Abatti

*A vida da comunidade Unisinos torna-se mais agradável pelo importante trabalho dos funcionários da Higiene e Conservação, que são os responsáveis pela limpeza do Câmpus. Na edição desta semana, **IHU On-Line** entrevistou a funcionária Maria Salete Abatti, que nos conta sua trajetória de vida. “Tudo o que conquistei na minha vida foi com muita dificuldade, mas valeu a pena. Nunca desisti, por isso me considero uma guerreira”. Até hoje, para ela, nada é difícil. Seu único medo é de dirigir. Salete é perfeccionista, gosta das coisas certas. E ensina: “Sou uma pessoa feliz, porque vejo a felicidade num porongo que eu fiz para os passarinhos irem morar. Quanto mais*

aprendermos a ser felizes nas pequenas coisas, as outras não nos fazem falta. O ser humano, para ser feliz, precisa apenas de saúde, trabalho e paz”.

Origens – Nasci em Casca, município próximo de Paraí e Passo Fundo. Sou descendente de italianos por parte de pai e mãe. Meus pais tiveram 12 filhos, dos quais quatro já são falecidos. Minha infância foi muito pobre e sofrida. O pai era alcoólatra. Nós passamos muita necessidade e até fome. Meu pai era agricultor e fazia poços de água. Eu ajudava minha mãe a cuidar dos meus irmãos, porque todo ano ela engravidava. Conforme os filhos iam nascendo, meu pai dava para algumas tias e vizinhos criarem, em função da nossa dificuldade financeira.

Formação – Estudei até a 4ª série em um colégio de irmãs, perto da nossa casa, chamado Colégio Sagrado Coração de Jesus. Quando eu tinha 13 anos, eu queria ir para São Paulo, para ser freira. Na verdade, eu queria mesmo estudar. Mas não pude, foi a maior tristeza, pois meu pai me colocava para trabalhar como empregada doméstica em casas de família. Eu já estava na sétima série e tive que parar de estudar. Mas as minhas vizinhas que iam à escola me ensinavam o que elas aprendiam. Parar de estudar foi uma queda muito grande, foi como se tivessem me cortado ao meio. Mudei-me para Novo Hamburgo e comecei a estudar de noite, na Escola Leopoldo Petry, onde tentei terminar o 1º grau, mas não consegui. Eu tive um aprendizado primário muito deficiente e estava há muito tempo sem estudar. Concluí o primeiro grau em 2000, no supletivo que tinha aqui na Unisinos. Fiz o segundo grau também em um supletivo, no Científico, aqui em São Leopoldo. Depois de formada, tive algumas aulas de português e redação com a professora Mardilê Fabre²³, que me preparou para o vestibular. Passei para o curso de Pedagogia aqui na Unisinos, do qual hoje curso o quinto semestre. Essa é a profissão que escolhi, pois o mais gratificante é poder ensinar aos outros aquilo que aprendi.

Profissão – Comecei a trabalhar no Colégio das irmãs, quando criança, para pagar o estudo dos meus irmãos, porque a escola era particular. Depois de passar como empregada doméstica por algumas casas, comecei a trabalhar com uma tia minha em um posto de gasolina que ela e o marido compraram em Novo Hamburgo. Eu era frentista, abastecia os carros, lavava-os e até trocava o óleo e trabalhava na lancheria do posto, fazendo café, pastéis e o almoço. Além disso, ainda fazia a limpeza. Depois de um tempo, comecei a trabalhar em uma fábrica de calçados, também em Novo Hamburgo. Eu precisava ganhar mais dinheiro, então comecei a trabalhar em vários lugares e ter várias fontes de renda ao mesmo tempo. Durante esse período, eu trabalhava em um salão de beleza, fazia jogo do bicho para as clientes, vendia roupas, semijóias e calçados, fazia faxina e ainda ajudava minha patroa do salão com decoração de festas. Fiz um curso de massoterapia, pedicura, manicura e calista em Porto Alegre. Até tentei prestar esses serviços em um quartinho, na minha casa, mas o baixo poder aquisitivo do meu bairro me fez logo abandonar a iniciativa. Foi quando entreguei um currículo na Unisinos, porque soube que tinha vaga no setor de limpeza. Eu caminhava pela Unisinos e me imaginava trabalhando aqui. Rezei muito e fui chamada. A notícia veio por telegrama. Trabalho na limpeza da Universidade há sete anos. Eu amo o que eu faço. A base de qualquer ambiente é a limpeza e a higiene. Isso é fundamental, o primeiro passo. É o visual de um lugar.

Família – Conheci em novo Hamburgo meu primeiro marido, Gilberto, com quem casei em 1977. Em 1982, nasceu nossa filha, Liliane. Quando ela tinha seis anos, eu e o Gilberto nos separamos, porque o casamento não ia bem. Hoje a Liliane estuda Nutrição aqui na Unisinos. Faz três anos que

²³ A professora Mardilê Friedrich Fabre, graduada em Letras Neolatinas e especialista em Lógica e Metodologia Científica, é a revisora oficial de todas as publicações do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Ela é a mentora e uma das organizadoras do projeto Formação Cidadã, da Unisinos, que objetiva preparar alunos carentes para o vestibular.

me casei novamente. O Olmiro Camargo é uma pessoa de quem gosto e a quem admiro muito. Ele me dá muita força para eu seguir estudando.

Sede de saber – Eu sempre limpava as salas de aula e não queria apagar o quadro, porque queria ter tudo aquilo dentro de mim. Isso marcou muito. As palavras que eu achava difíceis eu escrevia num papel que sempre tinha no bolso. Na hora do almoço, eu pegava o dicionário e descobria o que significavam. Tenho quase 50 anos, mas voltar a estudar me fez sentir renovada, jovem de novo. O meu “eu” está realizado.

Autor – Paulo Coelho.

Livro – O homem que calculava, de Malba Tahan.

Filme – Titanic, de James Cameron.

Presente – Flores.

Nas horas livres – Plantar, mexer na terra, tomar chimarrão, ouvir uma boa música, ler.

Um sonho – Perder o medo de dirigir.

Momentos marcantes – O nascimento da minha filha.

Experiência de vida – Sempre aprendi e decidi ensinar minha filha a dividir tudo. Um dia bateu na minha porta uma índia cheia de filhos e pediu um pouco de arroz. Eu dei a metade do que eu tinha na minha lata, em casa, o que já era pouco. A minha filha reclamou e eu disse a ela: “Nós vamos dividir, filha, eu vou te ensinar, para que, quando tu cresceres, tu te tornes uma mulher que saiba compartilhar. Nunca deixes de dar um pedaço de pão ou algo que tu tiveres, porque tu sempre ganharás em dobro”. Dois dias depois, sem saber da história, uma amiga me deu um rancho completo, com tudo do bom e do melhor. É dando que se recebe.

Unisinos – A Unisinos me ensinou a caminhar. Agradeço a ela tudo o que tenho. Sei que teve bastante esforço meu, mas se ela não tivesse me dado tantas oportunidades, eu não teria chegado aonde cheguei. A Unisinos pode cobrar uma mensalidade cara, mas se o aluno tem tempo para usufruir, ela oferece tudo. Tem os melhores livros, a melhor tecnologia, um ambiente calmo, tranquilo, tem lugar para dormir, descansar, para tomar banho, para lanchar, tem amigos, tem pássaros, tem natureza, tem ônibus, trem, tem tudo. A Unisinos oferece uma formação completa.

IHU – O Instituto Humanitas é muito importante, porque ele vê o lado humano e o valor de tudo, do trabalho, da alegria. Ele está pronto para auxiliar quem chegar, até os que precisam só de uma palavra amiga. A gente sai do IHU sempre com mais energia.

Sala de Leitura

"Indico o livro *Ismael - Um Romance da Condição Humana*, de Daniel Quinn. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 1998, 216 páginas. É um livro que faz refletir sobre a humanidade, sua cultura e comportamento. Faz um resgate sistêmico sobre a forma como o homem, partindo de suas crenças e pressupostos, administrou o mundo. O resultado gerado por esta administração é um cenário caótico repleto de miséria, hipocrisia e preconceito que ruma ao caos. O interessante do livro é a forma como ele é apresentado. É um diálogo ancorado em histórias e conceitos entre um homem muito culto e um gorila. Neste diálogo, o gorila é o mestre e o homem o aprendiz".

Prof. MS Marco Antônio Viana Borges, mestre em Engenharia de Produção e professor na Unidade de Ciências Econômicas e Administrativas da Unisinos.

"O último livro que li foi do Gilles Lipovetsky²⁴, *Metamorfoses da cultura liberal ética/mídia/empresa*. Porto Alegre: Sulina, 2004. As minhas leituras estão centradas no tema da minha tese que é sobre o "voluntariado". Assim, tenho procurado aprofundar algumas discussões sobre a sociedade atual e como está se apresentando o tema estudado na atualidade, e a análise do Lipovetsky foi uma grande descoberta, na medida em que ele procura compreender o nosso tempo; sendo o mais imparcial possível. Ele diz que o desafio da sociedade moderna é o de favorecer no interior da moral o que ele chama de 'individualismo responsável, tentando diminuir a irresponsabilidade individual'. O autor apresenta-nos a articulação dos textos em torno de duas temáticas comuns: o da complexidade e o da responsabilidade. Complexidade, por compreender que análises mais simplificadas não dão conta das tensões que movimentam a sociedade pós-moderna. Nesse sentido, fala o autor de uma 'coexistência de contrários', que nos propõe 'uma descrição flexível das nossas sociedades liberais, única maneira de compreender a totalidade do fenômeno pós-moderno' (2004, p.10). O autor pretende não só mostrar as dificuldades da sociedade, mas também, 'os seus triunfos, pela leitura original do hiperindividualismo que as move e das normas sociais por ele geradas' (idem). Gostei muito dessa leitura o que me instigou a ler a *Era do Vazio* do mesmo autor. Recomendo".

Profª. MS Helenara Silveira Fagundes, graduada, mestre e doutoranda em Serviço Social, professora na Unidade de Ciências Humanas e coordenadora do SAPECCA, da Unisinos.

Enquete

E nada mudou é o título do Manifesto dos Economistas, publicado na semana passada e que pode ser lido na íntegra neste boletim IHU On-Line. Os economistas entrevistados nesta semana pelo ***IHU On-Line*** são unânimes: “Nada mudou e nada vai mudar nos dois restantes do governo Lula”.

Qual das seguintes afirmações expressa a tua opinião:

- nada mudou nem vai mais mudar nos dois anos restantes do governo Lula;
- nada mudou, mas ainda pode mudar nos dois anos restantes do governo Lula;
- sim, mudou e vai continuar mudando nos dois anos restantes do governo Lula;
- mesmo se não mudar mais nos dois anos restantes do governo Lula, já mudou muito até agora.

Cartas do leitor

Prezados,

Gostaria de agradecer pelo envio da belíssima revista do IHU. Parabéns! Faz um bem para gente! Comentei na semana passada com Maria Clara Bingemer como está interessante a revista. E ela acrescentou: um dos trabalhos mais interessantes das universidades de Igreja no Brasil.

Meu abraço fraterno,

²⁴ Conferir a entrevista exclusiva que Gilles Lipovetsky concedeu ao ***IHU On-Line*** n.º 105, de 14 de junho de 2004 (Nota do ***IHU On-Line***).

Pe. José Ernane Pinheiro
Assessoria Política da CNBB